

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

Paloma Sabino Gomes

O ITEM *NEGÓCIO* EM CARTAS DE LÍNGUA PORTUGUESA SEISCENTISTA

Belo Horizonte

2020

Paloma Sabino Gomes

O ITEM *NEGÓCIO* EM CARTAS DE LÍNGUA PORTUGUESA SEISCENTISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística teórica e descritiva

Linha de Pesquisa: Variação e Mudança Linguística

Orientadora: Profª. Dra. Alécia Teles Duchowny

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2020

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

G633i Gomes, Paloma Sabino.
O item *negócio* em cartas de língua portuguesa seiscentista [manuscrito] / Paloma Sabino Gomes. – 2020.
79 f., enc.: il., tabs (p&b), fots (color).

Orientadora: Aléxia Teles Duchowny.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de pesquisa: Variação e Mudança Linguística.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 66-72.

Apêndices: f. 73-79.

1. Língua portuguesa – Variação – Teses. 2. Língua portuguesa – Etimologia – Nomes – Teses. 3. Língua portuguesa – Morfologia – Teses. 4. Sociolinguística – Teses. 5. Linguagem e línguas – Etimologia – Teses. 6. Língua portuguesa – Palavras e expressões – Teses. 7. Mudanças linguísticas – Teses. I. Duchowny, Aléxia Teles. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 469.798



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA PALOMA SABINO GOMES

Realizou-se, no dia 26 de maio de 2020, às 14:00 horas, a defesa de dissertação, intitulada *O ITEM NEGÓCIO EM CARTAS DE LÍNGUA PORTUGUESA SEISCENTISTA*, apresentada por PALOMA SABINO GOMES, número de registro 2018667348, graduada no curso de LETRAS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Alexia Teles Duchowny - Orientadora (UFMG), Prof(a). Sueli Maria Coelho (UFMG), Prof(a). Elaine Chaves (UEMG).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 26 de maio de 2020.

Prof(a). Alexia Teles Duchowny (Doutora)

Prof(a). Sueli Maria Coelho (Doutora)

Prof(a). Elaine Chaves (Doutora)

AGRADECIMENTOS

Concluir um Mestrado na Faculdade de Letras da UFMG é, sem dúvidas, a realização de um sonho pessoal e profissional, na medida em que a busca pelo conhecimento e pela prática sempre foi meu principal objetivo, seja no ensino seja na pesquisa. A área acadêmica não é fácil, exige tal imersão e uma autonomia tão grandes que, por vezes, acreditei que não conseguiria cumprir as exigências de forma satisfatória. Porém, as disciplinas cursadas, os professores, a participação em eventos e, no segundo ano, tornar-me bolsista da CAPES, tudo isso foi imprescindível para um crescimento e amadurecimento que me permitiram chegar até o final. O mais estimulante de quando se produz um trabalho como este é a possibilidade que ele tem de se multiplicar em tantos outros, colaborar com aqueles que já foram feitos e permitir que outros pesquisadores se valham dele para aprimorar ainda mais suas pesquisas. Por fim, o apoio dos familiares e o suporte dos amigos foram fundamentais para que eu pudesse finalizar mais esta etapa. Agradeço em especial a meus pais, Cristina e Álvaro, por terem me dado o privilégio da escolha. À minha orientadora, Profa. Aléxia Teles, por ter acreditado em meu potencial e pelas oportunidades oferecidas desde a Iniciação Científica. Ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da UFMG e à CAPES por terem tornado este trabalho viável. Por fim, agradeço à banca, Profa. Sueli Coelho e Profa. Elaine Chaves, pela generosidade que tiveram em contribuir para a versão final deste trabalho.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo principal apresentar para a comunidade acadêmica o comportamento linguístico de *negócio* em *corpus* de língua portuguesa seiscentista, a fim de propor uma classificação semântica do item, a partir da compreensão da classe dos Nomes Gerais (NGs). Para tanto, faz-se uma revisão de literatura para elucidar o processo de formação dessa classe morfológica, que vem sendo ainda desbravada dentro do campo da Linguística variacionista. Os NGs, enquanto nomes que perderam conteúdo semântico, são uma categoria intermediária entre os itens lexicais e gramaticais, que devem ser associados ao processo de Gramaticalização. O leitor terá contato com algumas teorias adjacentes, mas que, de igual modo, possibilitarão um entendimento mais profundo da função do fenômeno linguístico *negócio* nos documentos do século XVII, tais como a teoria da referenciação e dos protótipos. A descrição do fenômeno deu-se a partir de dois *subcorpora* compostos por cartas de comércio, sendo um constituído por cartas escritas pelo Marquês de Gouveia e o outro pelas cartas de Padre Antônio Vieira. O gênero textual cartas de comércio foi considerado sob seu aspecto dialógico, suas funções e suas particularidades sócio comunicativas, à luz da sociolinguística histórica. Assim, a partir dos contextos do item *negócio*, em consonância com as características discursivas das cartas, tornou-se viável sua análise no *corpus* compilado, distribuindo-se tais ocorrências entre grupos semânticos [+específico], [+genérico] e [+ambíguo]. Pôde-se verificar uma maioria de ocorrências com sentido mais genérico nas cartas analisadas, confirmando a hipótese de que no século XVII *negócio* era já utilizado como nome geral. A função dessa palavra enquanto NG assemelha-se à dos pronomes, uma vez que abrange maior capacidade referencial. Outras propriedades semântico-textuais também foram identificadas e comparadas com estudos feitos sobre o comportamento linguístico do item no latim e no português do século XVIII e XXI.

Palavras-chave: *Negócio*; nomes gerais; Gramaticalização; português do século XVII; cartas de comércio

ABSTRACT

The main goal of this dissertation is to present to the academic community the linguistic behavior in the morphological and syntactic spheres of *negócio* in a seventeenth-century Portuguese *corpus*, in order to propose a semantic classification of the term, through the comprehension of the class of General Nouns (GNs). Therefore, a literature review was conducted to elucidate the process of formation of this morphological class, which is still being explored within the field of Variational Linguistics. GNs, nouns that have lost semantic content, is an intermediate category between lexical and grammatical items that should be associated with the processes of Grammaticalization and Pronominalization. The reader will encounter some adjacent theories, but will also have a deeper understanding of the function of the *negócio* linguistic phenomenon in 17th-century documents, such as the theory of Reference and Prototype. The description of the phenomenon came from two sub-corpora composed of commercial letters, one *corpus* consisted of letters written by Marquis of Gouveia, and the other included letters from Father Antonio Vieira. The textual genre of the commercial letters was considered in its dialogical aspect, its functions, and its socio-communicative particularities, in the light of historical sociolinguistics. Thus, based on the contexts of the *negócio* item, in accordance with the discursive characteristics of the letters, its analysis became feasible in the compiled *corpus*, distributing such occurrences among [+specific], [+generic] and [+ambiguous] semantic groups. It was possible to verify that most of the occurrences present a more general meaning in the analyzed letters, confirming the hypothesis that in the 17th century *negócio* was already used as a general noun. The function of this item as NG is similar to that of pronouns, since it covers greater referential capacity. Other semantic-textual properties have also been identified and compared with studies done about item's linguistic behavior in Latin and Portuguese in the 18th and 21st centuries.

Keywords: Item *negócio*; general nouns; grammaticalization; 17th century Portuguese; commercial letters

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
1.1	Objetivos.....	11
1.1.1	Objetivo geral.....	11
1.1.2	Objetivos específicos.....	12
1.2	Justificativa.....	12
1.3	Hipóteses.....	14
1.4	O contexto histórico do século XVII.....	15
1.5	A sequenciação das partes seguintes.....	18
2	REVISÃO TEÓRICA.....	20
2.1	O subgênero cartas de comércio à luz da sociolinguística histórica.....	20
2.2	Os nomes gerais e o fenômeno da Gramaticalização.....	25
2.3	Semântica referencial e teoria dos protótipos.....	35
3	O ITEM LEXICAL <i>NEGÓCIO</i> EM DICIONÁRIOS DO LATIM, DO PORTUGUÊS, DO FRANCÊS E DO ESPANHOL.....	38
3.1	<i>Negócio</i> no latim.....	39
3.2	<i>Negócio</i> em línguas neolatinas.....	40
4	METODOLOGIA.....	45
4.1	Estratégias de compilação e descrição do <i>corpus</i>	45
4.2	Métodos de análise de dados.....	49
4.2.1	O item <i>negócio</i> no <i>corpus</i> português sescentista.....	52
5	APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	56
6	CONCLUSÃO.....	64
	REFERÊNCIAS.....	66
	APÊNDICE 1 - O TRABALHO COM O <i>MANUSCRITO 2967</i>.....	73
	APÊNDICE 2 - EXEMPLO DE EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DA CARTA DE 14 DE JULHO ESCRITA POR MARQUÊS DE GOUVEIA E FAC-SÍMILE.....	76

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe realizar uma análise descritiva e histórica do item *negócio* em *corpus* redigido no século XVII, em português europeu, como se pode ver nos exemplos abaixo:

- 1) *O que se argúe do papel e se supõe nele me desconsolou muito, e é o que sempre cri de Castela e temi de Inglaterra, posto que o Embaixador inglês, para melhor fazer o **negócio** dos prisioneiros, pode ser que o quisesse exprimir com aquele torcedor; mas a matéria é de tanto peso, que não acabo de me persuadir que êle, sem o trazer assim nas instruções do seu príncipe, se arrojasse a nos representar uma condicional tão desabrida.* (VIEIRA, 1665, p. 135)
- 2) *Sobre ella direi ingenuinamente o que entendo, sem embargo <De> <que> o **negosio** he taõ grande <que> <para> sedescursar nele com mais solidos fundamentos seria justo saber primeiro seria justo saber primeiro as conveniencias <que> se esta esperando vem a tratar este **negosio** <porque> sem estas ultimas noticias será atinar as segas mas eu sou obrigado a obedecer a <Vossa Alteza> aos olhos fechados.* (GOUVEIA, 1672, f. 44r./ f. 44v.)

Pretende-se, com isso, contribuir para as pesquisas em andamento acerca da classe dos nomes gerais e para o surgimento de outras que se destinem a colaborar para o entendimento desse nome geral – *negócio*. O item ainda não foi classificado de forma satisfatória, nem enquanto palavra lexical nem enquanto gramatical, ou como nome etimológico ou genérico devido a, sobretudo, sua baixa ocorrência em documentos já analisados.

Entende-se por nomes gerais palavras de sentido mais genérico, tais quais *coisa*, *trem*, *homem*, dentre outras (AMARAL; RAMOS, 2014). Adler e Moline (2018) afirmam que

Se esses diferentes tipos de nomes possuem propriedades comuns, eles se diferem em inúmeros pontos, e é conveniente, sem dúvida, distinguir vários subtipos de nomes gerais e de estudar as propriedades idiossincráticas – tanto da subclasse quanto de seus membros constitutivos (p. 8).¹

As autoras contribuem, desse modo, com o objeto de estudo em questão, uma vez que apontam a importância de se atentar para as idiossincrasias no que tange à pesquisa de

¹ No original: “Si ces différents types de noms possèdent des propriétés communes, ils diffèrent sur de nombreux points, et il convient sans doute de distinguer plusieurs sous-types de noms généraux et d’étudier les propriétés idiosyncrasiques – aussi bien de la sous-classe que de ses membres constitutifs.”

nomes gerais, mostrando que há vários subtipos e, por isso mesmo, muitas particularidades. Dessa forma, endossa-se que a pesquisa aqui desenvolvida não tem a pretensão de dar conta de uma discussão completa e acabada do nome geral *negócio*, mas, sim, de um uso idiossincrático do termo dentro de cartas portuguesas do século XVII.

Segundo Carbone (2015), diversas são as denominações para a classe aqui chamada de nomes gerais. Essas variações revelam a maneira como esses elementos são entendidos a partir de sua função desempenhada a nível linguístico-discursivo. São elas: *low content nouns* (BOLINGER, 1977), *unspecific nouns* (WINTER, 1977, 1992), *referring nouns* (GIVÓN, 1983), *advance labels* (TADROS, 1985), *anaphoric nouns* (FRANCIS, 1986), *carrier nouns* (IVANIC, 1991), *broad sense nouns/labels* (FRANCIS, 1993, 1994), *shell nouns* (SCHMID, 2000), *signalling nouns* (FLOWERDEW, 2003, 2006). Apesar dessa nomenclatura diversa, fica clara a retomada dos principais aspectos semântico-referenciais que são discutidos para a compreensão desses nomes gerais.

Os nomes gerais são entendidos nesta pesquisa por itens que compõem uma classe de palavras intermediária entre a classe dos pronomes, elementos *mais* gramaticais, e dos itens lexicais. Eles desempenhariam, enquanto itens que passaram pelo processo de abstração semântica, a partir da Gramaticalização, a função de articuladores discursivos, conferindo coesão ao texto, por meio, sobretudo, da sua capacidade referencial anafórica endofórica e exofórica.

Como *corpus* para a pesquisa, trabalhou-se com o *Manuscrito 2967* da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, em Portugal, um compilado de cópias das cartas escritas pelo Marquês de Gouveia ao Rei D. Pedro, fonte de grande relevância, seja no campo da história seja no campo da língua. Trata-se de uma edição semidiplomática de autoria própria feita a partir da digitalização inédita do documento. O acesso ao *Manuscrito* se deu durante o intercâmbio da autora pelo Programa *Minas Mundi*, pelo período de um semestre do curso de Letras da UFMG, na Universidade de Coimbra. Para esta pesquisa, foi feito um recorte apenas das cartas do ano de 1672. O outro sub-*corpus* utilizado nesta pesquisa, as cartas de Padre Antônio Vieira, é também de grande relevância para se compreender aspectos da história e da língua portuguesa. As cartas são encontradas em diversas edições, tendo sido publicadas *online* em vários *sites* e plataformas. Vieira é uma figura fundamental para as relações entre metrópole colônia, sobretudo no contato com os jesuítas.

A respeito da edição crítica das cartas de Antônio Vieira utilizada para esta pesquisa, é válido saber que o autor da transcrição utilizada aponta que houve modernização da ortografia – de início do século XX –, bem como da pontuação, que, segundo ele, seria

insuficiente ou prejudicial. Acreditando no que afirma o autor na *Introdução do Tomo 1* das cartas editadas e comentadas, optou-se por utilizar a referida edição, pois não houve alteração nos níveis sintático, lexical, morfológico etc. que pudessem comprometer a análise semântica proposta.

Os *subcorpora* selecionados dialogam entre si metodologicamente na medida em que constituem um mesmo gênero textual, datam do mesmo século. Além disso, embora as cartas de Vieira se caracterizem por sua escrita barroca, sendo um dos autores portugueses mais emblemáticos do século XVII, de modo que analisá-las no mesmo nível em que as cartas do Marquês de Gouveia faz-se pertinente. Outro fator que justifica a escolha de tais cartas é que trabalhar apenas com cartas de comércio tornaria o conjunto de dados menos representativo, e o fato de se trabalhar com dois autores distintos eliminaria o viés idiossincrático da pesquisa.

Trabalhar com um documento em português lusitano do século XVII implica considerar muito mais que seus aspectos intralinguísticos e formais (ASSALIM, 2007). Não se devem ignorar as transformações do português que ocorreram, principalmente, em meados do século XVI, como o enriquecimento do acervo lexical, disciplina das estruturas, primeiras gramáticas, competição com o espanhol e as conquistas ultramarinas (FONSECA; SILVA, 2008). Um período tão rico para a História e para a cultura do povo português não poderia deixar de ter reflexos na língua. Os autores ainda reiteram outro fato da Língua Portuguesa dos séculos XVI e XVII, ao qual chamam de *descontinuidade*, amplamente reconhecida pelos historiadores que detectam uma mudança epistemológica na passagem da gramática renascentista para as gramáticas gerais. Esses fatores fazem o estudo linguístico de um *Manuscrito* do século XVII bastante complexo e denso, sendo necessário evidenciar os diversos aspectos extralinguísticos que o rodeiam.

Assim, faz-se possível realizar um estudo que se pautar na análise do comportamento linguístico de *negócio* sob perspectiva diacrônica, contrastando os dados com resultados de pesquisas anteriores a partir da presente pesquisa do século XVII.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

A presente pesquisa visa a complementar a descrição do comportamento semântico do item *negócio* sob uma perspectiva histórico-diacrônica, a partir da análise das ocorrências

em cartas de comércio seiscentistas, tendo-se como referência resultados de pesquisas anteriores.

1.1.2 Objetivos específicos

Para que se concretizasse tal pesquisa, foi necessário cumprir cada um dos objetivos específicos listados a seguir:

- 1) Transcrever os contextos em que *negócio* foi empregado no *corpus*;
- 2) Identificar todas as ocorrências de *negócio* e suas variações no *corpus*;
- 3) Realizar uma análise quantitativa do item em estudo, a partir da construção de tabela e quadro em que se mostrem os dados, levantando o número de ocorrências;
- 4) Analisar qualitativamente os dados encontrados, a fim de se enquadrar cada uma das ocorrências, dessa vez, individualmente, dentro de cada um dos níveis de generalidade semântica: [+específico]; [+genérico], [+ambíguo];
- 5) Relacionar os resultados obtidos com aqueles sobre o mesmo fenômeno (cf. DUCHOWNY; OLIVEIRA, 2019), para uma análise histórico-diacrônica mais consistente e aprofundada.

1.2 Justificativa

Formulado o problema que guia a pesquisa proposta, isto é, “Quais são as características e os usos do item *negócio* no português do século XVII e como eles se relacionam com os resultados de pesquisas realizadas no latim, e no português do século XVIII e do XXI?”, apontam-se nesta seção as justificativas para que se realize tal investigação. Serão considerados os aspectos linguísticos particulares dessa unidade lexical, bem como o contexto histórico de produção das cartas, a fim de se analisarem fatores extralinguísticos que tornam o estudo de documentos do século XVII de tamanha relevância, que possam até mesmo refletir fatos linguísticos da castelhanização no português e características período pseudoetimológico.

Além da importância dos estudos de língua portuguesa do século XVII para um desbravamento linguístico e documental desse período, deve-se ressaltar que a escolha de *corpora* seiscentistas se deu de forma direcionada, a fim de contribuir para o estudo da classe dos nomes gerais, especificamente. Isso, pois para melhor compreender a formação dos NGs, é

necessário que se descreva o principal fenômeno de mudança linguística capaz de explicar a perda semântica de itens lexicais: a Gramaticalização. Considerando-se que o processo só pode ser observado ao longo do tempo, faz-se de grande relevância que seja estudado o século XVII, ainda não contemplado em pesquisa nessa área, para que se tenha maior elucidação do fenômeno, sendo o século mais anterior de que se terá estudado acerca dos nomes gerais.

A falta de estudos sobre os nomes gerais de séculos anteriores também é um fator que torna essa pesquisa de Mestrado sobre o NG *negócio* uma possibilidade para que se abram portas que até o momento estiveram fechadas. Assim, apesar de a pesquisa desenvolvida não se relacionar diretamente com os estudos filológico e paleográfico, pretende-se realizar futuramente uma edição diplomática de todo o *Manuscrito*, por seu ineditismo e relevância para os estudos histórico-diacrônicos.

A Gramaticalização, em comparação aos demais fenômenos de mudança linguística, é um dos “mais comuns que se tem observado nas línguas em geral” (SOUZA, 2013, p. 44). Assim, pode-se justificar o estudo dos nomes gerais, itens lexicais que passaram por esse esvaziamento semântico. Entretanto, os termos apresentam níveis diferentes de generalização, requerendo maior análise e, até mesmo, a criação de um arcabouço metodológico (DUCHOWNY; SANTOS, 2015).

As pesquisas na área da Linguística Diacrônica que se destinam ao estudo em busca do entendimento e descrição dos nomes gerais do português, tendo como base diversos *corpora*, sendo eles orais e escritos, e dos mais diversos momentos históricos, desde o século XV (Cf. DUCHOWNY; SANTOS, 2015) até a Contemporaneidade, são ainda poucas, apesar de bastante significativas quanto à qualidade que oferecem. É indiscutível a relevância de se compreender essa classe de palavras tão frequente e que, além do mais, possui tantas particularidades quanto ao uso, sofrendo variações entre as regiões, como se pode concluir com a leitura de Barbosa *et al.* (2012) e Amaral (2014). Não se pode tampouco esquecer-se da sua variação histórica, comprovado por Duchowny e Santos (2013). A análise feita por Barbosa *et al.* (2012) do significado da palavra *negócio* que aparece no dicionário etimológico de Cunha (2010) e no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009), em que, além do significado etimológico, traz um sema ligado à informalidade, revela mudança semântica do item com o passar do tempo, confirmado pela explicação dada por Halliday e Hassan (1976) ao fenômeno da Gramaticalização. Bizzochi (1998, p. 45) indica que “com efeito, a configuração do léxico de uma língua num dado momento é o resultado de todos os processos lexicogênicos nele verificados ao longo do tempo até o momento considerado”, o que reforça a necessidade de um

estudo diacrônico para melhor compreensão acerca dos fenômenos de mudança e variação linguística em geral e, mais, especificamente, dos nomes gerais. Uma questão levantada por Barbosa *et al.* (2012) é quanto ao fenômeno da Gramaticalização ser relativamente recente. Porém, como se verifica em Duchowny e Pereira (2019), *negócio* já era usado como nome geral no latim, o que além de demonstrar que a classe dos nomes gerais não é recente na língua portuguesa, também respalda a escolha do objeto de estudo da pesquisa, uma vez que o século XVII é, até o momento, o mais antigo que se tem estudado com relação a tal fenômeno na língua portuguesa.

Segundo Amaral e Ramos (2014, p. 127), o item *negócio* começou a ser usado como nome geral a partir do século XVIII, assertiva essa que foi refutada por Duchowny e Oliveira (2019). As autoras, no entanto, fazem outra grande colaboração para o entendimento e a descrição dos nomes gerais, ao afirmarem que o item já seria utilizado com sentido mais genérico no latim. O uso do item na língua portuguesa contemporânea já foi utilizado como material de estudo em diversas pesquisas, fator que evidencia a importância do fenômeno para língua em uso, em constante variação e mudança. As autoras também corroboram com a dificuldade de se classificar semanticamente o item entre as categorias [+específico] e [+genérico], fator esse que foi observado também na pesquisa aqui apresentada com *corpus* do século XVII. As autoras afirmam que “foi comum a ocorrência desse nome em contextos em que não estão envolvidos assuntos referentes a acordos ou trato comerciais, mas sim a contextos mais generalizados.” (DUCHOWNY; OLIVEIRA, 2019, p. 2). A partir dessa constatação e da análise de documentos setecentistas, formularam a hipótese de que a gramaticalização de *negócio* teria se iniciado antes do século XVIII.

Espera-se, pois, que com os dados apresentados, bem como as análises qualitativa e quantitativa feitas, possa-se contribuir para os estudos na área de variação e mudança linguística.

1.3 Hipóteses

Após uma revisão teórica acerca dos fenômenos linguísticos que envolvem os nomes gerais e o processo da Gramaticalização (cf. seção 2.4), para que se melhor compreenda o comportamento linguístico-funcional do item *negócio* no *corpus* compilado, fica clara a importância de se depreender fatores que ilustrem as fases de tal mudança, recorrendo, pois, à semântica desse vocábulo desde o latim até outras línguas românicas que, pelo parentesco

linguístico, poderiam esclarecer de que forma esse processo se deu também na língua portuguesa, tendo em vista sobretudo a consciência de que sua percepção acontece diacronicamente.

Conquanto, pôde-se elaborar algumas hipóteses que pautam esta pesquisa:

- I. O item *negócio* se apresenta, principalmente, com sentido genérico no *corpus*, uma vez que, já no latim, o vocábulo era empregado como sinônimo de *coisa*;
- II. Ainda que o item *negócio* seja classificado como “genérico”, isso não significará que ele está sendo empregado necessariamente como sinônimo de *coisa* (associação que se faz frequentemente sobretudo na linguagem oral coloquial). Essa classificação semântica do item lexical pode ser baseada no entendimento de que ele foi usado como um elemento coesivo, sem conteúdo semântico expressivo;
- III. Haverá ocorrências em que *negócio* também apresentará sentido de transações comerciais, devido ao gênero textual do *corpus*, isto é, cartas de comércio.

Dado que a Gramaticalização é um dos processos de mudança linguística, é preciso considerar que a mudança não acontece comumente no aparecimento de formas novas, mas, sim, na recorrência que essas formas ganham com o passar do tempo. Assim, torna-se legítimo afirmar que, embora *negócio* seja mais usado no português contemporâneo enquanto nome geral, isso não significa que no latim ele não fosse usado com tal semântica. Uma hipótese, ao contrário, seria a de que simplesmente esse sentido hoje tenha maior repercussão na língua, pensando-se que entre o latim e o português não há uma ruptura, mas sim uma continuidade entre ambos. Por essa análise é que se torna imperativo retornar às definições dessa palavra nessas línguas, o que pode ser feito por meio dos dicionários.

1.4 O contexto histórico do século XVII

Um estudo do século XVII se faz importante dentro da Linguística, de modo geral, na medida em que se verifica uma lacuna nos estudos linguísticos históricos de tal período, principalmente em se tratando de pesquisas a partir de fontes primárias. Esse certo esquecimento do XVII pode ser consequência de uma série de fatores externos à língua que tornam sua compreensão mais complexa. Deve-se citar o período da colonização do Brasil (o que caracteriza um português ainda em formação, como dito anteriormente) e também a

situação interna na Europa, aqui, pensando-se nas questões envolvendo Portugal mais diretamente, como o Tratado de Tordesilhas, o Tratado de Madri, havendo, portanto, uma grande concomitância entre o espanhol e o português, a qual certos autores chamarão “bilinguismo linguístico”. Logicamente, esses dois contextos nos levam a pensar um português tríade: aquele falado em Portugal, porém com influências do espanhol, que se difere do português falado no Brasil colônia, passando pelo processo de transmissão irregular.

Enquanto alguns teóricos defendem que certas particularidades encontradas se tratam de castelhanismos na língua portuguesa, outros, ao contrário, afirmam que as características inerentes ao português seiscentista são, na verdade, ainda resquícios do português arcaico, com reminiscências do latim. Partindo dessas referências históricas, faz-se pertinente o que Assalim (2007) chama de luso-castelhanismo, que aqui se admite como sendo uma forma híbrida das culturas, políticas, sociedades e, conseqüentemente, línguas portuguesa e espanhola. A autora se mostra, pois, em consonância com as proposições de Sousa (2004), que aponta que

uma das dificuldades centrais trazidas pelo estudo dos textos do português clássico, no sentido desta reconstituição da trajetória das etapas gramaticais do português, é que tocamos em um período no qual confluem transformações históricas importantes, que se refletem diretamente na linguagem dos textos. Essas transformações incidem centralmente nos séculos 16 e 17 – ou seja, justamente no período de maior interesse para os estudos gramaticais. (SOUSA, 2004, p. 8)

Sousa afirma também que “os padrões portugueses são semelhantes aos castelhanos precisamente entre os séculos XV e XVII” (SOUSA, 2004, p. 264) e que, por isso, os textos seiscentistas deveriam ser considerados sob o contexto Ibérico, por ser mais amplo.

Conforme declarado na Introdução, o século XVII conta com diversas particularidades não somente no tangente à língua portuguesa, mas também com relação aos aspectos sociais e políticos propriamente ditos. Logo, compreender as dicotomias da sociolinguística e entender melhor as “relações” entre os interlocutores que se apresentam nas cartas a serem transcritas somente corrobora com a ideia de se olhar para o *Manuscrito* sob um aspecto “global”, e, portanto, cumprindo-se responder, pelo menos em parte, à pergunta: “Por que estou transcrevendo cartas do Ms. 2967, do século XVII?” Em resposta, poder-se-ia de forma muito sucinta dizer que esta pesquisa busca, então, elucidar, ainda que de modo superficial, questões de ordem histórica, social e política que implicam a escrita presente em documento lusitano do século XVII, de modo que os documentos transcritos apresentam particularidades no tangente à escrita, que estão relacionadas, sobretudo, a questões de ordem

social, política e histórica que permeiam esse contexto. Segundo Saraiva (1999, p. 193-217),

os séculos XVI e XVII, culturalmente foram uma época áurea das letras e artes portuguesas, e desde o ponto de vista linguístico, o instante em que o português conseguiu uma maior difusão no mundo, dada as colonizações, bem como os contatos portugueses com as demais potências, motivo pelo qual numerosas palavras exóticas adentraram no francês, italiano, inglês ou alemão por via portuguesa, mas também a existência nessas línguas de alguns lusitanismos puros que datam desde período, bem como vários neologismos de origem estrangeira que incidiram no português.

As cartas analisadas nesta pesquisa se encaixam no período da União das Coroas Ibéricas (1580-1640), no qual Portugal foi governado pela Coroa espanhola, o que alguns autores afirmam ter tido influência no comportamento linguístico dos escritores da época, uma vez que, como se pode observar em Teyssier (2007), o contato entre portugueses e espanhóis se dava inclusive em âmbito pessoal familiar.

Outra característica importante a se considerar para compreender a relação entre a língua portuguesa seiscentista e o período histórico, é o fato de que entre meados do século XV e fins do século XVII o espanhol serviu como segunda língua para todos os portugueses cultos. O bilinguismo, todavia, perdurará até o desaparecimento dos últimos representantes da geração formada antes de 1640. “É impossível que os dois séculos e meio de bilinguismo luso-espanhol (da metade do século XV ao fim do século XVII) não tenham tido efeitos” (TEYSSIER, 2007, p. 43-44).

Spina (2017) descreve a língua portuguesa nos diferentes períodos da história da língua. Segundo o autor, “a partir de meados do século XVI a língua portuguesa passa por grandes transformações (...) Enriquecimento, disciplina gramatical, emulação com o castelhano e expansão da língua, principalmente a falada, para os povos conquistados – eis a fisionomia do português nessa época” (p. 280). Além de ficar evidente a interseção das línguas portuguesa e espanhola, o que permite o aparecimento de marcas do castelhano nas cartas compiladas, outra particularidade do português é também bastante relevante:

debruçados na leitura dos modelos clássicos, sobretudo latinos, os escritores portugueses foram naturalmente levados a introduzir na língua inúmeros latinismos, aportuguesando as formas importadas e refazendo as formas arcaicas. (SPINA (2017, p. 279).

O estudo de documentos do século XVII faz-se de grande relevância não somente para a melhor compreensão do processo de variação linguística relacionado à formação dos nomes gerais, mas para a área de estudos histórico-diacrônicos de modo geral. Isso, tendo-se

em vista a necessidade de disponibilização e conhecimento desses textos e, portanto, de seus conteúdos, que permitem elucidar momentos históricos desse século tão diverso e ao mesmo tempo bastante esquecido pelas pesquisas. Os desafios, no entanto, se dão na medida em que tem-se nesse tipo de estudo um elemento que o permeia do início ao fim, não pelo século em si, mas pelo trabalho filológico que lhe é imprescindível uma vez que tal estudo se pauta em *Manuscritos*, documentos antigos. O contato com outro modelo ortográfico, sintático, gráfico torna-se ainda mais desafiador quando se pesquisa um *Manuscrito* original, ou seja, aquele que guarda reminiscências das particularidades linguísticas da época bem como das alterações por que os textos passaram o longo do tempo. Exigem um cuidado e técnica de leitura, transcrição e interpretação que é contrastado com a subjetividade do pesquisador. Apesar de esse não ser o foco desta dissertação, vale ponderar que são múltiplas as questões que se deve considerar em tal análise, e que não foram descartadas sobretudo no trabalho com as cartas do *Manuscrito* 2967.

Além da questão que permanece em discussão acerca de um possível bilinguismo entre o português e o espanhol no século XVII, ou de uma linguagem marcada por arcaísmos, consequência do Renascimento, que traria consigo uma supervalorização das línguas clássicas, em todo o período da história da língua portuguesa, desde o século XIII, reinava uma suposta liberdade de registro ao gosto do escrevente. Somente em 1911 entrou em vigor o acordo ortográfico para uniformizar a grafia. Naquele longo período histórico, as convenções gráficas não eram amplamente difundidas e compartilhadas entre os escribas. Conforme Silva (2016, p. 9), “o cidadão escolhia o autor de sua simpatia ou conveniência, sem qualquer obrigação de seguir à risca as normas indicadas pelo escolhido”. Com essa afirmação, é preciso fazer uma observação no que concerne à possibilidade de se encontrar, portanto, nas cartas e nos dados analisados, alguns vieses de estilo, pela restrição no número de autores pesquisados.

1.5 A sequenciação das partes seguintes

A dissertação será, então, assim sequenciada entre as seguintes partes: 1- revisão teórica envolvendo questões relacionadas ao (sub)gênero textual “carta de comércio” à luz da sociolinguística histórica; à definição dos nomes gerais e do fenômeno da Gramaticalização, bem como aspectos pertinentes da semântica referencial e da teoria dos protótipos; 2- breve revisão bibliográfica para apreensão da acepção de *negócio*, histórica e sincronicamente, a partir de dicionários de latim e de língua portuguesa, espanhola e francesa; 3- apresentação da metodologia aplicada para análise dos dados nas cartas compiladas; 4- discussão dos resultados

por meio de tabela com análise quantitativa das três categorias semânticas de negócio, e de quadro com análise comparativo-diacrônica do comportamento linguístico do item e 7- conclusão com algumas reflexões concernentes à pesquisa e possíveis futuros trabalhos a partir dela .

2 REVISÃO TEÓRICA

A fim de se construir um estudo completo e de fato relevante sobre os nomes gerais, é preciso destacar que tal área de pesquisa faz interface com tantas outras dentro do vasto campo da Linguística. Entendendo essa interdisciplinaridade é que a presente seção de revisão teórica foi pensada. Desse modo, engloba teorias da sociolinguística histórica, que permitiram a compreensão das características do subgênero *cartas de comércio* para melhor apreensão dos contextos de ocorrência do item *negócio*. O emprego de elementos anafóricos e de pronomes por exemplo são favorecidas pelo compartilhamento de informações entre os interlocutores, além da apreensão das relações sociais entre eles, que revelam o nível de formalidade dos textos em estudo. Assim, as teorias da semântica de referenciação e da teoria dos protótipos também trazem grande contribuição para a análise dos contextos de ocorrência, uma vez que, desempenhando a função de elemento anafórico dentro das cartas, e pertencendo a uma classe com gradação de traços semânticos, o item *negócio* vai ao encontro dessas duas linhas teóricas.

2.1 O subgênero cartas de comércio à luz da sociolinguística histórica

O gênero *carta*, que poderia aparentar simplório, no que diz respeito a sua estrutura formulaica, acaba adquirindo um novo comportamento linguístico, mais complexo e menos previsível, por não se tratar de cartas pessoais. Suas novas propriedades devem-se ao fato de constituírem um subgênero ou uma nova dimensão dentro de “cartas”. As aqui denominadas “cartas de comércio” apresentam certas particularidades, sobretudo com relação aos aspectos linguísticos que as permeiam, relacionados ao contexto de produção e às finalidades comunicativas que possuem, além da tendência a uma temática mais fixa, do maior distanciamento entre os interlocutores – tanto a nível de intimidade interpessoal quanto espacial –, o que nos leva a pressupor um maior grau de formalidade com relação ao que se espera de cartas de amigo ou familiar. Enquanto função comunicativa das cartas de comércio, o que se observa é a preponderância de um objetivo informacional em detrimento do interacional. Porém, a linha que separa esses dois subgêneros é bastante tênue e, por conseguinte, a definição das características dos textos das cartas compiladas se faz complexa.

Não é intenção, porém, nesta dissertação, realizar uma comparação exaustiva e aprofundada dos subgêneros carta pessoal e carta de comércio, uma vez que é não se tem como objetivo realizar-se uma pesquisa comparativa acerca do uso de *negócio* em ambos.

Apesar de não se fazer uma pesquisa que busca compreender aspectos mais amplos concernentes ao gênero textual, cujo tratamento visa a dar conta do texto como um todo, ele teve de ser abordado principalmente para elucidar o contexto de produção dos documentos e as implicações que o dialogismo pode ter no uso da língua.

Além disso, por se tratar de um estudo histórico, não se deve ignorar que o que se entende por registro ‘carta’ atualmente, pode ter alguma divergência com as características que tal registro apresentava no século XVII. Segundo Rodríguez-Puente (2019), as cartas se mostram de fato variar enquanto registro através do tempo, sobretudo do século XVIII para os tempos modernos. É importante ressaltar que não se faz distinção entre os termos *registro* e *gênero* textual nesta pesquisa, por se tratar de uma questão irrelevante para o desenvolvimento do estudo bem como na análise dos dados.

Como o objeto de estudo desta pesquisa – o nome geral *negócio* – se relaciona diretamente com o fenômeno da mudança linguística e está sendo analisado sob o viés do registro ou gênero textual, é válido considerar que “registros têm se mostrado como veículos poderosos que promovem ou retardam a mudança linguística, ou até que contribuem para a sua estabilidade.” (KYTO, 2019, p. 155) e, além, disso, que

a questão das relações entre registros e subregistros sob perspectiva diacrônica é uma área pouco pesquisada e com necessidade de trabalho sistemático com atenção dada à interação entre padrões extralinguísticos e linguísticos². (KYTO, 2019, p. 155)

O Ms. 2967, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, é um compilado de cópias das cartas escritas pelo Marquês de Gouveia ao Regente Pedro II e ao Secretário de Estado de Portugal, entre o final de 1670 e o início de 1673. O fato de serem cópias corrobora com a importância histórica de preservação desses documentos para a manutenção da memória dos fatos narrados e do momento que Portugal vivia na segunda metade do século XVII.

Faz-se, então, um adendo para explicitar uma discussão bastante pertinente na análise de *negócio* nas cartas compiladas. Em se tratando de cartas do subgênero cartas de comércio, o que se poderia questionar é exatamente o fato de que se espera encontrar a presença de *negócio*, uma vez que essa é mesmo a temática de tais documentos, “cartas sobre os *negosios* da Embaixada” (Cf.: Catálogo de *Manuscritos* da Biblioteca Geral da Universidade de

² No original: "The question of the relationships between registers and sub-registers in diachronic perspective is an under-researched area and in need of systematic work with attention paid to the interplay of extra linguistic and linguistic features". (KYTO, 2019, p. 155)

Coimbra). Foi somente por meio de uma análise exaustiva, após transcrição dos contextos do item lexical em estudo, que se pôde afirmar o emprego dele como nome geral.

Por se tratar de cartas, conforme já foi mencionado, é preciso que se atente a seu aspecto dialógico (locutor/interlocutor), de modo que compreender mais profundamente os papéis desempenhados por essas duas figuras faz-se importante não apenas para descrever o momento histórico de produção dos textos, como também a linguagem utilizada pelo autor, na medida em que quanto maior o grau de proximidade e a depender da temática, tem-se um registro mais ou menos formal, além de outras particularidades da escrita.

Fica clara, portanto, a necessidade de se compreender o contexto dialógico das cartas, a partir de um conhecimento de seus interlocutores. Isso servirá de base para a transcrição delas – no entendimento do uso dos pronomes de tratamento e das abreviaturas, por exemplo –, e também para que trabalhos futuros possam ser realizados a partir desta pesquisa. Desse modo, apresenta-se uma breve biografia e contextualização histórica do remetente das cartas, o Marquês de Gouveia, e do destinatário, Pedro II.

É a partir desse contexto histórico que se pode compreender a relação entre o Marquês de Gouveia e D. Pedro II. De fato, mais tarde, alguns dos seus diplomatas sentiram as implicações da situação, e D. Pedro, sobretudo em 1673, passou por diversos conflitos decorrentes de sua falta de legitimidade. Assim, no período de regência, período entre o restabelecimento das relações bilaterais entre dois Estados soberanos (Portugal e Espanha) e a regência de D. Pedro (SOARES, 2015, p. 11), imperou a luta política interna e a confluência dos poderosos interesses das potências europeias.

Tendo escrito variados gêneros tais quais cartas, sermões e profecias, Vieira se destacava por escrever sobre as relações políticas externas de Portugal, além de se valer do estilo barroco em suas produções, que carregam alto teor literário e grande complexidade linguística e discursiva. Foi em 1646 que iniciou diversas missões diplomáticas oficiais, cujos desdobramentos culminaram em múltiplos conflitos dentro da companhia de Jesus. É, assim, reconhecido historicamente pela sua missão evangelizadora na colônia portuguesa bem como sua escrita particular. Kölln (2018) define Padre Antônio Vieira como uma “figura social e política do período colonial” (p. 5). Ainda segundo o autor, “a difícil tarefa estava em tratar organicamente pregador e político, de modo que compreender os sermões fosse compreender a realidade social, como se lendo texto lêssemos também, simultaneamente, o contexto. ” (KÖLLN, 2018, p.5).

Levando-se em consideração que os gêneros são estruturas textuais estáveis dentro de uma sociedade, cuja finalidade é organizar as situações sociocomunicativas, observa-se a importância de se compreender as características do gênero em questão no momento do contato e da própria transcrição de um *Manuscrito*. Entender as finalidades pragmáticas do gênero, bem como a estrutura do texto propriamente dita, apenas contribui para o enriquecimento dos aspectos formais e linguísticos deste. No caso das cartas, faz-se relevante a identificação de suas partes (local, data, saudação, texto, despedida e assinatura) para que melhor se compreenda suas nuances e se possa contribuir para o ato da transcrição, uma vez que diversas obscuridades do texto (a nível gráfico ou estrutural) podem ser elucidadas a partir desse movimento antecipatório de expectativas com relação ao conteúdo e escrita que o reconhecimento do gênero textual em estudo permite ao pesquisador. Isso porque, conforme Marcuschi (2010) afirma, esses gêneros, apesar de não serem “estanques” e “enrijecedores”, possuem “alto poder preditivo e interpretativo das ações humanas em qualquer contexto discursivo”. Kyto (2019) também faz uma importante consideração acerca do trabalho com documentos históricos, no que diz respeito à necessidade de se estudar, também, as mudanças nas características internas aos gêneros textuais ao longo do tempo.

O *Ms. 2967*, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, é um compilado de cópias das cartas escritas pelo Marquês de Gouveia ao Regente Pedro II e ao Secretário de Estado de Portugal, entre o final de 1670 e o início de 1673. O fato de serem cópias corrobora com a importância histórica de preservação desses documentos para a manutenção da memória dos fatos narrados e do momento que Portugal vivia na segunda metade do século XVII.

Elspass (2012) discorre acerca das fontes manuscritas, as quais, segundo ele, seriam “especiais”: as cartas e os diários. Para o autor, esses textos são importantes porque se aproximam da fala e, portanto, lançam luz sobre a história da língua natural; podem preencher espaços em branco deixados pela perspectiva teleológica (argumentativa) da linguística história tradicional em seu foco em textos literários e formais.

Porém, ao classificá-las enquanto cartas de comércio, há uma questão a ser tratada, esta abordada por Schilling (2012) na mesma obra, que afirma que as cartas de comércio estão no meio do nível de formalidade. Além dessa especificidade do próprio gênero, observa-se em diversas cartas do *Manuscrito* temas mais livres, como o anúncio do nascimento da filha do imperador da Alemanha na carta de 3 de março de 1672. Essa temática se faz distante daquelas abordadas nas outras cartas, de 23 de junho e 14 de julho do mesmo ano, sendo estas estritamente voltadas para assuntos comerciais (o requerimento da restituição do gado naquela e a guerra na Flandres e o rompimento entre Espanha e França nesta).

Ainda com relação à questão do tratamento de registro, o autor apresenta diversos fatores que devem ser considerados, uma vez que a variação pode se dar também em diferentes contextos. Portanto, para se avaliar os aspectos sociolinguísticos que permeiam o documento, é preciso mais ponderação e maior atenção aos detalhes (baseado em SCHILING, 2012):

- Grau de formalidade: distância *versus* proximidade. Esse aspecto deve ser entendido a partir dos personagens que compõem o ato interlocutório nas cartas – ou seja, quanto maior a intimidade entre eles, menor será o grau de formalidade no registro;
- Distância: temporal *versus* espacial (quando/onde). Não se pode ignorar, sobretudo em um estudo diacrônico, o momento de produção da carta nem o lugar onde esta foi escrita. O lugar e o tempo trazem referências fundamentais para compreender os processos de variação e mudança linguística que podem estar associados àquele registro encontrado.
- Configuração dialógica/comunicativa: pública *versus* privada. Por se tratar do gênero carta, há uma espécie de diálogo no texto, ainda que se não esteja presente a voz do interlocutor. Assim, se essa configuração acontece dentro de uma esfera pública – ou seja, em um contexto profissional, político, que fuja ao ambiente familiar, amoroso –, tende-se a perceber um registro com maior grau de formalismo. O contrário também é factível.
- Temas: livres *versus* fixos. Dentro de uma configuração dialógica privada, os temas costumam ser mais livres, uma vez que, existindo maior intimidade entre os interlocutores, fala-se sobre assuntos dos âmbitos mais diversos. Portanto, os temas também são uma forma de se constatar a formalidade do texto, assim como a própria temática das cartas pode ser um indício do formalismo.

De tal modo, o que se atribui por cartas de comércio na presente dissertação é a mesma definição feita por Barbosa (2008). Segundo ele, “não se trata das cartas comerciais, documentos oficiais reguladores da economia metropolitana” (BARBOSA, 2008, p. 198). Além de fazer essa importante distinção entre termos tão semelhantes e passíveis de confusão, o autor também disserta acerca da importância de se trabalhar tal gênero:

as cartas de comércio têm se revelado material bem mais transparente a usos depois generalizados no português. Seja no nível histórico, sociolinguístico ou no da habilidade de escritura, essas cartas não seriam nem oficiais, nem particulares, nem

de redatores profissionais, nem de inábeis: um ponto intermédio de relação sob menor estado de vigília – o que é próprio de quem escreve afastado dos modelos de escrita – e por isso revelador de uma linguagem de grupo e de um segmento social (BARBOSA, 2008, p. 198)

Nota-se, portanto, relevância do contexto pragmático de utilização do nome geral para que se realize análise semântica mais coerente do termo estudado. O fator gênero textual pode ser, portanto, o primeiro a determinar os demais fatores mencionados por Koch (2004), tais como a relação social entre os interlocutores e o nível de formalidade, sobretudo, no texto escrito antigo. Isso, pois, segundo Marcuschi (2010), os gêneros são estruturas textuais parcialmente estáveis dentro de uma sociedade, o que favorece o estudo diacrônico.

Vê-se, pois, que há uma característica dúbia na compreensão dos gêneros textuais, sendo que, ao passo que Rodríguez-Puente (2019) adota uma visão bakhtiniana, assumindo que existem traços que se modificam dentro dessas estruturas linguísticas, Marcuschi (2010) admite que sejam formas mais rígidas. É imperativo, pois, que se analise o texto no seu tempo e no seu espaço em se tratando de um estudo de sincronias passadas, como aqui se verifica.

Portanto, fica evidente a necessidade de se considerarem as características do gênero textual para que se faça uma apreciação contundente dos dados encontrados. Toda escolha de registro é também uma escolha social, que *carrega* importante traços da variação linguística. No caso das cartas de comércio, utilizadas para a análise do comportamento semântico do item *negócio*, tem-se, pois, para além da questão da formalidade intermediária mencionada, o fato de que a consideração do registro permitiu a observação do texto como unidade. Desse modo, foi possível identificar a coocorrência de traços linguístico, tais quais a interface do léxico e gramática. Além disso, fez-se relevante na medida em que as cartas constituem um registro dialógico, o que propulsiona o uso de elementos dêiticos e coesivos, além de constantes referências subentendidas e anaforismos.

2.2 Os nomes gerais e o fenômeno da Gramaticalização

Feita uma contextualização do período de produção das cartas analisadas, a fim de mostrar ao leitor alguns dos aspectos extralinguísticos que se relacionam à pesquisa do item *negócio* no português seiscentista e entendendo-se que a presente dissertação visa a descrever o funcionamento desse item nas cartas, sob a interface da morfossintaxe para a apreensão da semântica do item, nesta seção, pretende-se abordar diversos estudos pertinentes para a teorização da classe dos nomes gerais.

Unidades lexicais como *pessoa, coisa e negócio*, têm sido incluídas no grupo dos chamados nomes gerais, que constituem uma classe pequena de substantivos cuja definição é composta apenas por traços semânticos muito genéricos tais como [+/- humano] ou [+/- contável] (MIHATSCH, 2006). Além disso, constituem uma classe intermediária entre os nomes e os pronomes, tal como destacado por Halliday e Hassan (1976). Amaral (2013) contesta a associação de nomes gerais à informalidade a partir de sua análise do uso dos nomes gerais no ordenamento jurídico, o que é um importante respaldo para se afirmar que é viável acreditar que há presença do nome geral *negócio* em cartas de comércio, que compõem o *corpus* em estudo.

Uma análise sócio-linguístico-histórica faz-se pertinente na medida em que pode conter reflexos significativos dentro da análise do nome geral *negócio* no português do século XVII. Barbosa *et al.* (2012), na pesquisa sobre *negócio* como nome geral no falar de Minas Gerais, mostra a relevância de se conhecer o sentido etimológico desse, tendo em vista que, de acordo com os dados colhidos adotaram

a ideia de que *negócio* e suas variantes (*negoço, negós e negó*), quando usadas em contextos de nomes genéricos, são apenas variações fonéticas. Isso não ocorre quando *negócio* é usado em seu sentido etimológico, o que já poderia indicar uma perda semântica sofrida pelas formas variantes (BARBOSA *et al.* 2012, p. 181).

Para se compreender o comportamento linguístico dos nomes gerais é necessário entender o processo de Gramaticalização, que servirá como linha condutora da pesquisa sobre o item *negócio*. Meillet (1912, p. 131), afirma que se trata da “passagem de uma palavra autônoma à função de um elemento gramatical”. Outro aspecto da Gramaticalização é definido por Kurylowicz (1964), o qual afirma que um elemento gramatical pode passar a ser ainda mais gramatical, definindo esse processo como sendo quando ocorre um aumento na previsibilidade de seu uso, além de ficar clara a sua gradualidade. Meillet (1912) também colabora na medida em que se dedica a falar sobre a metodologia necessária para se analisar tal processo. De acordo com o autor, é preciso adotar-se uma perspectiva histórica, isso “porque os resultados da passagem de item lexical > item gramatical ou -gramatical > +gramatical são mais visíveis se analisados em um período de tempo mais longo” (p. 183).

Amaral e Mihatsch (2019) trazem importantes contribuições para os estudos na área dos nomes gerais, as quais serão apontadas a fim de aprimorar a metodologia aplicada bem como as análises feitas a partir dos dados coletados. O primeiro ponto que aparece com grande relevância permeando por toda discussão feita pelos autores é quanto ao fenômeno de

pronominalização, que está intimamente associado à Gramaticalização. Esse processo de mudança linguística deve ser considerado nesta análise na medida em que é entendido, aqui, que a Gramaticalização do item *negócio* está diretamente associada ao seu esvaziamento semântico, adquirindo, pois, função de elemento coesivo anafórico. Eles afirmam que “A organização das funções semânticas reflete padrões polissêmicos e possíveis ‘paths’ diacrônicos e é baseado na plausibilidade de conexões semânticas diretas” (p. 151). Os autores afirmam, ainda, em uma análise do fenômeno de pronominalização sob um viés diacrônico, que ele compara ao que Hopper (1991) chama de “persistência”, ou seja, “muitas propriedades dos pronomes podem ser traçadas de volta a construções fonte”. (p. 150) Os padrões polissêmicos podem ser relacionados a *negócio* também pelo fato de que, etimologicamente, a palavra parece ser um caso até mesmo de homonímia.

A principal associação que se pode fazer entre a análise realizada pelos autores neste artigo e a pesquisa realizada para o desenvolvimento dessa dissertação é a da existência de nomes mais gerais e nomes menos gerais, o que está de acordo com as propriedades referenciais e semânticas mencionadas anteriormente. Apesar de estudarem particularmente os nomes *pessoa*, *pessoal* e *povo*, outros nomes da mesma classe foram citados a título de exemplificação do fenômeno de pronominalização. Com relação à ausência ou à presença de artigo na posição de determinante desses itens, os autores observam, pois, que o comportamento dessa categoria não é idêntico em relação aos nomes gerais. É assim que Amaral e Mihatsch (2019, p.166) apontam que “isso parece mostrar uma linha divisória entre nomes claramente lexicais e nomes com funções próximas a pronomes”.

As referências externas são, normalmente, expressas por nomes coletivos, segundo os autores, e são compartilhadas pelo falante e pelo ouvinte. No caso das ocorrências de *negócio* analisadas nos *corpora*, apesar de não se tratar de um nome coletivo, pode-se inferir que essa função é desempenhada a partir da flexão de plural do item lexical. Quando se fala sobre “*negócios*”, está-se referindo a um conjunto de elementos não explícitos linguisticamente, mas que claramente fazem parte do conhecimento compartilhado pelos interlocutores. Por isso, apesar de o gênero textual não ser objeto de estudo linguístico diretamente, é tão importante compreendê-lo a partir de se dialogismo.

Para melhor entender as propriedades morfossintáticas dos nomes gerais, aqui descritas, que visam a reafirmar a consolidação do processo de pronominalização, é válido destacar o que Amaral e Mihatsch (2019) descrevem sobre o que denominam ‘descategorização’: “a perda da habilidade de ser flexionado, a perda da habilidade de ter modificadores, a perda da independência como uma forma autônoma, a perda de liberdade sintática”. (HEINE; SONG,

2011). Os autores afirmam, ainda, que “expressões gramaticalizadas tendem a perder propriedades morfossintáticas” (p. 165), típicas de elementos lexicais, tal qual serem acompanhados por determinante. Outro aspecto morfossintático de relevância para a caracterização dos nomes gerais é a concordância de número, que não é feita, prototipicamente, com outros elementos da cadeia sintática que acompanham o NG. No entanto, esse aspecto não é fácil de ser observado nos dois *corpora* compilados, uma vez que apenas um deles, aquele composto pelas cartas do Marquês de Gouveia, foi acessado em sua versão original, as cartas do Padre Antônio Vieira, ao contrário, foram trabalhadas a partir de sua edição crítica.

Outra tendência na Gramaticalização como uma consequência da transição de nome lexical para pronome é a perda de usos modificados, por adjetivos ou orações relativas. A alternância de ocorrências de *negócio* com modificadores e sem modificadores pode ser considerado, portanto, indício do fenômeno de Gramaticalização, ainda que em seu estágio primário. Para Amaral e Mihatsch (2019), a queda no número de modificadores sugere a pronominalização, pois tal característica seria mais comum entre os pronomes.

Heine et al. (1991) sintetizam a formulação da Gramaticalização nos seguintes pressupostos: (i) Perda em complexidade semântica, significado funcional e/ou valor expressivo; (ii) Redução do número de membros pertencentes ao mesmo paradigma; (iii) Menor variabilidade sintática, ou seja, mais seu uso se torna obrigatório em certos contextos e agramatical em outros; (iv) Maior coalescência semântica, morfossintática e fonética com outras unidades; (v) Perda em substância fonética.

Sabe-se, no entanto, que assim como os parâmetros estabelecidos por Hopper (1991): estratificação, divergência, especialização, persistência e descategorização, que possibilitariam a identificação dos estágios iniciais do processo de Gramaticalização, tais pressupostos e princípios não poderão ser analisados em sua totalidade, uma vez que o *corpus* não seria suficiente para realizar análise dos estágios semânticos da palavra *negócio*. Mas eles servirão como fio condutor da pesquisa, sobretudo ao final dela, quando será feita comparação entre os resultados encontrados a partir da análise dos dados coletados e os demais trabalhos já publicados sobre o assunto.

Mill (1973) afirma que a classe dos nomes gerais possui função generalizadora, uma vez que não fazem referência a determinadas propriedades de um item com a finalidade de predicá-los. Além de serem elementos generalizadores, os nomes gerais também podem ter função coesiva porque são “um caso limítrofe entre um item lexical (membro de um conjunto aberto) e um item gramatical (membro de um sistema fechado)”, segundo Halliday e Hassan (1995, p. 274). Em 1976, estes autores explicitam que podemos ver os nomes gerais pela

perspectiva lexical e gramatical. A primeira considera-os como membros superordenados – membros que podem ser usados para representar uma classe inteira ou categoria de coisas – de um maior sistema lexical. Já a segunda demonstra que os nomes gerais fazem parte de uma classe fechada, devido à transferência do sentido literal para um sentido figurado, promovendo a transição de seu sentido mais concreto para um sentido mais abstrato.

Barbosa *et al.* (2012) e Mondada (2005) evidenciam a necessidade de se analisar o contexto linguístico em que se podem encontrar os nomes gerais. Segundo as autoras, “a utilização de pronomes ou artigos junto com os nomes gerais pode atuar de forma anafórica, na tentativa de retomar algo anteriormente citado, ou de forma catafórica, com a finalidade de apresentar um elemento no discurso do falante” (p. 185). Assim, ao mesmo tempo em que o contexto nos ajuda a restringir as possibilidades de interpretação do item, facilitando a dessubjetivização da interpretação, é ele também que as amplia. Mondada (2005), ademais, acrescenta os procedimentos a serem realizados para atribuir sentido a *negócio*: as intenções, fazer inferência e entender as possíveis interpretações.

Até aqui, foram apontados diversos aspectos que devem ser considerados para se fazer um estudo acerca de nomes gerais, dentre eles, a questão da generalidade semântica, a função de pronome ou de palavra coesiva, sendo um elemento referencial dentro do discurso e a questão de que nem todos os elementos que constituem tal categoria apresentariam todas as características prototípicas da classe. Porém, é importante que se compreenda a formação desses nomes gerais como consequência de um importante processo da mudança linguística comum às línguas, a Gramaticalização. Esse processo seria responsável pelo esvaziamento semântico de itens lexicais, que passam a exercer um comportamento linguístico mais próximo àquele desempenhado pelos itens gramaticais, sobretudo por sua função discursiva coesiva, exercida prototipicamente pelos pronomes.

Heine e Kuteva (2004) fazem importante colaboração acerca da descrição de como ocorre esse fenômeno, destacando a necessidade de se considerar o contexto:

Gramaticalização requer contextos específicos para acontecer, e pode ser, e tem sido descrito com um produto de reinterpretação contextual-induzida. Desse modo, o contexto é um fator crucial para moldar a estrutura das formas gramaticais – na medida em que possam expressar significados que não podem ser derivados imediatamente de suas respectivas formas de origem (HEINE; KUTEVA, 2004, p. 2).³

³ No original: “Grammaticalization requires specific contexts to take place, and it can be, and has been, described as a product of context-induced reinterpretation. Accordingly, context is a crucial factor in shaping the structure of grammatical forms – to the extent that they may express meanings that cannot immediately be derived from their respective source forms”.

Os autores apontam duas questões pertinentes: a primeira delas, como mencionado anteriormente, trata-se da importância do contexto para a apreensão do significado dessa ‘forma gramatical’ que emerge dele; a segunda diz respeito a uma transmutação de sentido, ao evidenciar que haveria para esses vocábulos uma forma de origem, que não é mais a mesma. Nota-se, portanto, que tal processo de formação de palavras ocorre a partir da mudança linguística, inerente a todas e quaisquer línguas, e, assim, só pode ser compreendido ao passar do tempo, sob uma perspectiva histórico-diacrônica.

Heine e Kuteva (2014) apresentam uma explicação detalhada sobre em que consiste o processo de Gramaticalização, indicando quais são suas quatro etapas. São elas:

- (a) **dessemantização** (ou “branqueamento semântico”) - perda no conteúdo de significado;
- (b) **extensão** (ou generalização de contexto) - uso em novos contextos;
- (c) **descategorialização** - perda em propriedades morfossintáticas, características de formas lexicais ou outras menos gramaticais, e
- (d) **erosão** (ou "redução fonética") - perda de substância fonética).⁴

Segundo eles, os quatro mecanismos não são independentes e ocorrem em sequência cronológica, de modo que as últimas etapas somente poderiam ser identificadas ao final do processo. Pode-se prever, portanto, que ainda que nem todas as etapas se apresentem no caso do item *negócio* nas cartas analisadas, é possível que seja pelo fato de que, ainda no século XVII, não tivessem sido concluídas todas as fases, uma vez que não se tem dados de séculos anteriores no estudo de nomes gerais. Além disso, o que Heine e Kuteva (2004) propõe acerca da última etapa, a erosão – ou perda fonética – seria dificilmente notável no *corpus* utilizado para o desenvolvimento desta dissertação, uma vez que se tem nos textos compilados apenas o registro escrito.

A dessemantização é tomada neste trabalho de fato como a etapa principal – ou a mais prototípica – para a discussão do comportamento linguístico do item *negócio* no português seiscentista, isso, pois é a partir dessa ideia que se verifica a formação desses itens intermediários entre gramatical e lexical. Ademais, por não se tratar de uma análise diacrônica propriamente dita, as etapas seguintes não poderiam ser identificadas. A respeito dessa, os

⁴ No original: “(a) desemantization (or “semantic bleaching”) – loss in meaning content, (b) extension (or context generalization) – use in new contexts, (c) decategorialization – loss in morphosyntactic properties characteristic of lexical or other less grammaticalized forms, and (d) erosion (or “phonetic reduction”) – loss in phonetic substance”.

autores assim a definem:

A dessemantização resulta, portanto, do uso de formas para significados concretos que são reinterpretados em contextos específicos como significados gramaticais mais abstratos. Tendo adquirido significados gramaticais, essas formas tendem a se tornar cada vez mais divergentes de seus usos antigos: perdem nas propriedades categoriais características de seus usos antigos, sofrendo, portanto, na descategorialização e tendem a ser usadas com mais frequência, a se tornarem mais previsíveis em sua ocorrência, e, conseqüentemente, a perda de substância fonética (HEINE e KUTEVA, 2004, p. 3).⁵

Os autores também fazem alguns questionamentos ao levantarem algumas perguntas que deixam evidente tratar-se de um fenômeno de grande complexidade.

Em que ponto podemos dizer que a Gramaticalização foi concluída? Podemos realmente dizer que (A) e (B) são sugestivos de um processo completo de Gramaticalização, ou representam apenas interpretações contextualmente induzidas que são irrelevantes para as estruturas gramaticais das línguas envolvidas? (HEINE e KUTEVA, 2004, p. 8)⁶

Nota-se, assim, a importância de se conhecerem os novos contextos de uso do item que ganha uma função mais gramatical a partir da dessemantização. A pesquisa que aqui se apresenta acerca do nome geral *negócio* em cartas de língua portuguesa do século XVII ganha ainda mais respaldo, dado que a inferência e classificação da semântica da palavra não ocorre de maneira isolada, mas, ao contrário, se dá pela análise e compreensão dos demais elementos linguísticos que juntos compõem a cadeia sintagmática, além de, claro, a consideração de fatores extralinguísticos relevantes, conforme já abordado, tais quais o período histórico, o gênero e as funções sociais desempenhadas pelos interlocutores. Essa ideia de fenômeno que interfere não somente em um elemento da cadeia sintagmática mas que afeta a um conjunto de palavras relacionadas entre si é corroborada por Lehman (1992, p. 406), que afirma que a Gramaticalização ultrapassa a palavra e o morfema, afetando todo o sintagma do item.

A passagem do uso de *negócio* enquanto item lexical, transação comercial, para o uso como nome geral se dá sob essa perspectiva, de generalização semântica, saindo de um

⁵ No original: “Desemanticization thus results from the use of forms for concrete meanings that are reinterpreted in specific contexts as more abstract, grammatical meanings. Having acquired grammatical meanings, these forms tend to become increasingly divergent from their old uses: they lose in categorial properties characteristic of their old uses, hence undergoing decategorialization, and they tend to be used more frequently, to become more predictable in their occurrence, and, consequently, to lose in phonetic substance”.

⁶ No original: “At which point can we say that grammaticalization has been concluded? Can we really say that (A) and (B) are suggestive of a completed process of grammaticalization, or do they merely represent contextually induced interpretations that are irrelevant for the grammatical structures of the languages concerned?” (p. 8).

domínio específico, expandindo-se para novos contextos, com função de pronome coesivo. Observa-se, porém, conforme o esquema (3) indica, o fato de que o uso desse vocábulo com sentido mais amplo, genérico, não elimina o uso tal qual o seu sentido primeiro, dentro do campo do comércio, coexistindo ambos os significados ainda hoje na língua portuguesa.

Não é somente a coocorrência das diferentes acepções de *negócio* no português que deve ser considerada na análise das cartas portuguesas seiscentistas que compõem o *corpus*, porém, como já mencionado, é importante pensar-se em qual estágio do processo de mudança esse item se encontrava no século XVII. Segundo Weinreich, Labov e Herzog (1968) há dois conceitos para expressar diferentes âmbitos desse processo: a inovação, que seriam mudanças que ocorrem no individual e a mudança, expandidas para outros. Torna-se desafiador, portanto, declarar se haveria nesses documentos apenas uma indicação de inovação ou se de fato já havia se consolidado a mudança.

Amaral (2013) chama atenção para uma possível diferença entre os usos de *negócio* e *coisa*, apesar da constatação de que aquele item seja, como este, um nome geral e, portanto, usados praticamente como sinônimos. O autor relaciona a diferença entre as ocorrências entre coisa e *negócio* à hipótese de que o nome geral *negócio* tem uma tendência maior a ser usado para entidades concretas. Entretanto, explica que pelo baixo número de dados, não há como verificar essa hipótese. Mais uma vez nota-se a importância de mais dados para que se possa fazer uma pesquisa mais embasada e com resultados suficientes sobre os nomes gerais.

Outro ponto a ser desenvolvido com relação aos NGs (Nomes Gerais), além daqueles já mencionados – o caráter referencial/coesivo e o comportamento linguístico que se aproxima dos pronomes, por estar no limiar entre os itens gramaticais e lexicais pelo baixo conteúdo semântico, é o fato de esses elementos serem associados à linguagem coloquial, uma vez que são usados pelo falante para se referir a algo que ele não quer ou não sabe nomear (KLEIBER, 1987). Kleiber, assim, acrescenta à função discursiva referencial dos nomes gerais o uso associado a uma variedade menos formal, o que não se comprova a partir de Amaral (2013), que verificou a ocorrência de *pessoa*, *coisa* e *negócio* (componentes da classe de nomes gerais) em textos jurídicos brasileiros, que exigem um registro de alta formalidade. Esse fato foi uma grande contribuição para que se formulasse a hipótese de que nas cartas analisadas seriam encontradas ocorrências de *negócio* também enquanto nome geral, apesar de não pertencerem ao grupo de gênero textual coloquial.

Amaral (2014, p. 29), ao retomar o estudo de Mihatsch (2006) acerca do nome geral *trem*, aponta para aspectos semântico-textuais relevantes para sua análise, que podem ser associados ao estudo de *negócio* na língua portuguesa do século XVII:

Inicialmente, é interessante observar o que afirma Mihatsch (2006) a respeito da formação e uso dos denominados substantivos *passee-partout*, isto é, elementos de conteúdo genérico que assumem funções gramaticais e se assemelham ao que se está chamando aqui de nomes gerais. Para a autora, o ponto de partida para a formação desses substantivos seria a situação na qual uma designação correta não é acessível para o falante. Entretanto, pode ser também que o referente não tenha importância, ou seja, algo incômodo (AMARAL, 2014, p. 29).

Essa assertiva se aplica na descrição semântica de *negócio* aqui proposta. A função gramatical desempenhada pelo nome geral, ao ser associada ao gênero textual e à temática das cartas, revela o uso do item como um recurso de retomada anafórica imprecisa que, sobretudo a partir do contexto sociopolítico do período, pode-se perceber o motivo de uma ausência de especificidade lexical para designar certos acordos e situações. Os constantes assuntos de guerras, alianças políticas, conflitos de interesses internos à corte corroboram com a hipótese de que, por vezes, seria interessante às partes envolvidas no envio e no recebimento das cartas não revelar de forma explícita a qual *negócio* se está referindo.

Vale fazer uma ressalva com relação ao que se expõe enquanto esvaziamento semântico, sendo esta definição dicotômica na área da Gramaticalização. A abstração leva o item a uma ampliação semântica, ao passo que o esvaziamento a que os teóricos se referem é o esvaziamento concreto, que permite a seleção argumental. No caso do objeto de estudo deste trabalho, o nome geral *negócio*, lidar com a questão semântica é ainda mais complicado, dado que é necessário interpretar o passado à luz do presente.

A Gramaticalização, assim como o seu inverso, a lexicalização, compõem os principais processos de mudança linguística. Neste estudo, espera-se contribuir para a compreensão do primeiro, que pode ser definido como o fenômeno de esvaziamento semântico de um item lexical. Essa perda de conteúdo semântico possui alguns indicadores, tais como perda morfofonológica e aumento de recorrência na língua vernacular. Alguns dos contextos das cartas do Marquês de Gouveia apresentam o item *negócio* sem concordância de plural na cadeia sintática, além disso, o elevado número de ocorrência desse item também corrobora para a defesa da hipótese de que o esse apresenta-se nos *corpora* enquanto nome geral. Além do contexto de produção dos textos, diversos elementos linguísticos são também essenciais para a afirmação de que a palavra é empregada em sentido geral.

Adler e Moline (2018) também definem essa classe a partir da noção dos itens gramaticais e lexicais, e a partir da função coesiva que desempenham, aparentando-se aos

pronomes. O sentido lexical pouco específico que possuem impõe, logo, o recurso ao contexto anterior ou posterior para identificar seus referentes.

Localizados na junção entre itens lexicais e gramaticais (apesar da impossibilidade de elaborar uma lista exaustiva, seu número é reduzido), eles permitem estabelecer um tipo de coesão textual na junção entre coesão lexical e coesão gramatical. De fato, a pobreza de seu conteúdo semântico requer recurso ao co-texto anterior ou posterior para identificar seu referente. Nesse sentido, são semelhantes aos pronomes, dos quais diferem na medida em que os substantivos têm um significado lexical, por mais inespecífico que seja (ADLER; MOLINE, 2018, p. 6-7).⁷

As autoras realçam a diferença entre o nome geral explicitado por Halliday e Hassan (1976) e a categoria dos nomes abstratos descrita por Winter (1992). Segundo o autor, a inespecificidade dos nomes é responsável por organizar o texto, e acrescenta que tanto os substantivos de classe aberta quanto os de classe fechada podem exercer essa função. (WINTER, 1992, p. 132-133). Por inespecífico, não é necessário pensar-se apenas em classes fechadas (classes gramaticais), dado que os itens lexicais também podem funcionar como tal na organização do texto.

Apesar de utilizar outra terminologia para designar os nomes gerais, referindo-se a eles como nomes genéricos, Koch (2004, p. 250) vai na mesma direção que os autores acima e afirma que “outra forma de retomada anafórica é a que se faz por meio de nomes genéricos, tais como coisa, pessoa, *negócio*, criatura, indivíduo”. Os nomes gerais têm essa generalidade da referência, o que pode ser facilmente comprovado pelo fato de eles serem usados como elementos coesivos, mostrando sua alta abrangência referencial, além de sua abstração semântica (AMARAL, 2013).

Ainda segundo os autores, de um ponto de vista lexical, os nomes gerais são membros superordenados de grandes conjuntos lexicais (HALLIDAY; HASAN, 1995, p. 275), mas, de um ponto de vista gramatical, a combinação desses itens com um determinante específico seria bem semelhante a um item referencial.

Entender *negócio* como um brasileirismo/regionalismo/popular seria tratar o termo de forma muito simplória e até mesmo insatisfatória para responder a sua ocorrência em documento português lusitano do século XVII. Entretanto, não se deve desprezar a relação que

⁷ No original: “Se situant à la jonction entre items lexicaux et items grammaticaux (en dépit de l'impossibilité d'en dresser une liste exhaustive, leur nombre est réduit), ils permettent d'établir un type de cohésion textuelle à la jonction entre cohésion lexicale et cohésion grammaticale. En effet, la pauvreté de leur contenu sémantique impose le recours au co-texte antérieur ou postérieur pour identifier leur référent. En ce sens, ils s'apparentent aux pronoms, dont ils diffèrent du fait qu'en tant que noms, ils possèdent un sens lexical, aussi peu spécifique soit-il” (p. 6-7).

Koch (2004, p. 250) faz entre o uso de um nome geral e as características sociolinguísticas do contexto de produção e a posição social dos interlocutores: “a seleção do termo [+genérico] anafórico pode estar ligada à variedade regional ou social dos interlocutores”. Ela cita que “trem” seria utilizado prototipicamente no dialeto mineiro, “cara” indicaria um discurso coloquial ou gíria. Como exemplo da sua hipótese, ela continua: “O uso de ‘trem’ (= *coisa*) seria, provavelmente, indicativo do dialeto mineiro, enquanto *cara* indicaria o estilo coloquial ou da gíria, e *companheiro*, *camarada* poderiam ter, dependendo do contexto discursivo, conotações políticas”. Mas a autora não chega a desenvolver tais hipóteses. Faz-se necessário, então, reforçar a assertiva de que a análise do contexto é imperativa para o estudo dos nomes gerais a partir de sua interface com a Gramaticalização, como bem observou Coelho (2001), em sua pesquisa, em que evidenciou o caráter polissêmico do nome, afirmando que “de acordo com os postulados da gramática emergente, a gramaticalização está subordinada ao contexto, pois o que é gramatical em um determinado contexto pode não o ser em outro” (COELHO, 2001, p. 17).

Nota-se, pois, a relevância do fenômeno de Gramaticalização para o estudo de *negócio* em *corpus* português do século XVII, sendo esse o principal fator para se compreender as etapas e os níveis de abstração semântica (referida por muitos autores na literatura como esvaziamento semântico). A partir da deferência das pesquisas de *negócio* em séculos posteriores, verifica-se a importância da sincronia escolhida para análise. É possível *perceber*, ademais, que a presente pesquisa dialoga de forma direta com aquelas realizadas acerca do mesmo fenômeno linguístico, uma vez que está em consonância com os padrões de Hopper (1991), bem como com as etapas da Gramaticalização, sobretudo a dessemantização apontada por Heine e Kuteva (2014). Importantes trabalhos como aqueles desenvolvidos por Barbosa *et al.* (2012), Amaral e Mihatsch (2019), reiteram a pertinência e produtividade da classe dos nomes gerais.

2.3 Semântica referencial e teoria dos protótipos

Assume-se aqui, como Amaral (2011), que o item *coisa* é nome geral por excelência. Por isso, essa unidade lexical é mantida nesta dissertação como um meio de comparação para a análise do comportamento linguístico de *negócio*. Kleiber (2018) faz uma importante contribuição para esse estudo, por sua tentativa de descrever o funcionamento dessa palavra. Claro, a questão semântica e discursiva foi novamente pauta para o autor. Segundo ele,

“essa mesma ‘quase vacuidade’ semântica e generalidade se opõe a um papel discursivo plenamente pertinente” (p. 109). Com essa asserção, ele não apenas corrobora com a ideia de que os nomes gerais possuem pouco conteúdo lexical, como adverte que, apesar disso, seu funcionamento discursivo – enquanto elemento coesivo – se cumpre plenamente.

A sua função enquanto pronome torna-se ainda mais concreta quando Kleiber recorre a Maillard, associando sua função discursiva àquela do demonstrativo “isso”: “Há um paralelo que alcança a área da etnolinguística entre *coisa* e *isso*, apresentada por M. Maillard, o que confere ao termo um caráter anafórico coletivo” (p. 112). O autor apresenta uma discussão acerca da capacidade de essa palavra se referir a um ou mais referentes ao mesmo tempo. Para ele, trata-se de “um nome gramaticalmente contável e semanticamente massivo” (p. 119).

Em seguida, uma teoria que será de grande relevância para compreender o funcionamento semântico de *negócio* nas cartas lusitanas do século XVII, será a de elementos prototípicos (p. 13), cujo exemplo dado foi o das preposições. Segundo os autores, nem todas as preposições têm um sentido tão bem delimitado, “a partir dessa concepção – a de categorias gradientes –, torna-se possível classificar elementos linguísticos dentro de uma subcategoria, dado que eles podem ou não possuir as características prototípicas daquela classe. A teoria dos protótipos, tal qual foi discutida por Kleiber (1995), de certa forma serve de base para que se possam definir os traços semântico dos nomes gerais ([+/- humano], [+/-contável]). O que há, portanto, são “categorias gradientes” (p. 15), que aqui serão estendidas como “membros menos prototípicos de determinada categoria”.

Na subseção anterior, pôde-se elucidar quais são as principais características dos nomes gerais, a fim de melhor compreender o funcionamento linguístico de *negócio* no *corpus* de língua portuguesa do século XVII compilado. Foi possível abranger, pois, diversos aspectos que concernem essa classe de palavras tão particular sobretudo a partir da teoria Referencial, já que esses nomes funcionam como pronomes (tendo passado pelo processo de gramaticalização/pronominalização) por sua função coesiva dentro do texto. Porém, considerando o fato de que essa classe é formada por palavras tão distintas, como *coisa*, *negócio*, *pessoa*, *trem*, *homem* etc., como é possível encaixar as definições e descrições a todos os elementos que a compõem? É por isso que se deve recorrer à teoria dos protótipos também para que sejam feitas ponderações com relação a essas diferenças, tanto entre os elementos com relação uns com os outros, quanto em relação a diferentes usos do mesmo elemento.

Classificar semanticamente o item *negócio* em três categorias, baseadas na noção da generalidade semântica que circunda os nomes gerais, já é uma evidência de que seu comportamento semântico-discursivo possui algumas nuances, senão, todas as ocorrências

deveriam ser encaixadas em uma única categoria. Ademais, se há mais de uma forma de se classificar o item em estudo, alguma delas deveria, então, ser descartada enquanto nome geral?

Nesse sentido, Kleiber (1995, p. 27) afirma que “(...) para decidir se acerca do pertencimento de um objeto a uma categoria, basta verificar se esse objeto possui ou não as CNS (condições necessárias e suficientes) dessa categoria”. Fica evidente, portanto, que há características mais basilares para assumir que determinada palavra pertence à classe dos nomes gerais que outras, e, portanto, haveria componentes mais e outros menos prototípicos dentro dessa categoria, ou seja, aqueles que reúnem um maior número de elementos que caracterizam a classe, e aqueles que, embora não correspondendo a todas ou a várias dessas características, são parte desse conjunto de palavras. “há uma gradação da protipicidade; essa representatividade gradual constitui também a estrutura interna das categorias” (KLEIBER, 1995, p. 51). Essa ideia de gradação é inerente não apenas quanto aos NGs, mas com relação a todas as classes de palavras que se tem em uma língua, dado que, por se tratar de uma nomenclatura, há de certo modo uma generalização para encaixar determinado item dentro dela. Ainda segundo o autor, “dependendo do número de características possuídas, também serão mais ou menos prototípicos, quer dizer, mais ou menos próximos de traços que definem uma categoria prototípica” (KLEIBER, 1995, p. 141-142).

A maneira como se dá o funcionamento coesivo-referencial de tais itens é melhor detalhada por Winter (1992):

a ausência de especificidade e a função interpretativa ou classificatória desses nomes que adquirem uma especificidade em relação a uma proposição adjacente; - a diferença entre um tipo de referência endofórica operada no centro do texto por anáfora ou catáfora, e um tipo de referência exofórica, exterior ao texto (...) (p. 133).⁸

Para a análise das cartas é preciso que se considerem as duas formas de se fazer referenciação, ou seja, endofórica e exofórica. Elas são importantes tendo em vista o caráter dialógico do texto, o que permite que haja referência a elementos externos ao texto, sem comprometer a sua compreensão.

Assim, compreende-se que ainda que *negócio* não apresente todos os traços prototípicos de um NG, ele pode, sim, representar uma gradação dentro da categoria dos Nomes Gerais.

⁸ No original: “l’absence de spécificité et la fonction interprétative ou classificatoire de ces noms qui acquièrent une spécificité en relation avec une proposition adjacente ; – la différence entre un type de référence endophorique, opérée au sein du texte par anaphore ou cataphore, et un type de référence exophorique, extérieure au texte ; – la fonction métalinguistique de certains noms, comme idée, réponse, réaction, résultat, qui « ’talk about’ the nature of the clause or sentence as a message in the text itself, and consequently do not refer to concrete things in the outside world”.

3 O ITEM LEXICAL *NEGÓCIO* EM DICIONÁRIOS DO LATIM, DO PORTUGUÊS, DO FRANCÊS E DO ESPANHOL

O interesse de buscar, em pesquisa bibliográfica realizada em dicionários do acervo da Biblioteca da Faculdade de Letras da UFMG e da Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, e também as consultas feitas aos dicionários de língua portuguesa, francesa e espanhola, surgiu de uma necessidade de haver alguma evidência de que seriam encontrados dados relevantes para a área de pesquisa dos nomes gerais. Devido à sua maior anterioridade histórica nos estudos dessa classe de palavras pareceria vaga a hipótese de que seriam encontradas ocorrências de *negócio* enquanto nome geral no *corpus* compilado, sendo o século XVII o mais antigo que se tem estudado até o momento. Portanto, definir sua acepção, ainda no latim, apresenta-se como a melhor forma de respaldar a análise, uma vez que, assegurando que o item era já empregado como sinônimo de coisa – nome geral por excelência –, não seria improvável esse significado teria reminiscência no português do século XVII.

Apesar do que afirmam alguns autores em artigos acerca do estudo de nomes gerais, entende-se por esta pesquisa que o fenômeno de Gramaticalização, responsável pela formação dessa nova classe de palavras, não é recente na língua portuguesa. Ao contrário, ele pode já ser percebido desde o latim, e tem-se mantido desde então no português. A fim de se comprovar tal afirmação, corroborada por Duchowny e Pereira (2019), de que o item *negócio* já era usado como nome geral no latim vulgar, recorreu-se a uma breve pesquisa bibliográfica cujo objetivo foi analisar a semântica do termo *negócio* no Latim a fim de se colaborar com os estudos acerca do fenômeno de Gramaticalização.

O que motivou a realização de tal pesquisa foi, portanto, o questionamento se o termo no Latim era usado apenas no sentido de “transações comerciais” ou se ele já era usado em sentido genérico. Sabendo que o estudo do fenômeno de Gramaticalização torna-se mais claro ao se considerar um período de tempo mais longo, dada a perspectiva histórica da análise, a contribuição desse levantamento das acepções do item *negócio* em dicionários do latim, dá-se exatamente sob a perspectiva de se analisar o fenômeno a partir do Latim, para que se possa fazer afirmações mais acertadas diante do uso do sentido dado etimológico do vocábulo e, conseqüentemente, da sua contiguidade no português seiscentista.

Entende-se que uma pesquisa bibliográfica feita a partir de dicionários não abrange a língua vernácula, de modo que os dados encontrados somente darão conta da variedade padrão da língua. Assim, ao se pensar que o uso do termo em seu sentido genérico tem sido associado em vários estudos à variedade informal da língua, os indícios de que *negócio* aparece em

dicionários latinos como sinônimo de *coisa* derrubaria, pelo menos parcialmente, essa a ideia. É necessário, entretanto, atentar-se para os adendos feitos nessas obras com relação à semântica concebida à palavra no latim vulgar, de modo que em determinados exemplares essa distinção (clássico *vs.* vulgar) aparece para explicar as divergências na acepção do item, relacionando o conceito de *negócio* genérico ao latim vulgar (ou latim falado) e o de transação comercial ao latim clássico (ou escrito). É fundamental, pois, recorrer aos estudos filológicos, os quais mostram que as línguas românicas (aquelas derivadas do latim, como o próprio português, além do espanhol, do francês, entre outras), são provenientes do latim vulgar. Dissociar o emprego do nome geral da variante informal da língua é também de interesse para a dissertação aqui desenvolvida, pois, em se tratando de *corpus* composto por cartas de comércio, o gênero textual não refletiria essa variação diafásica, o que impediria que se encontrassem ocorrências da palavra com sentido genérico.

3.1 *Negócio no latim*

A pesquisa foi realizada tendo como base dicionários do Latim, da Biblioteca da Faculdade de Letras da UFMG e do acervo da Biblioteca Estadual de Minas Gerais. Não foram consideradas as gramáticas para tal análise, uma vez que essas apresentam lacunas no tangente ao tratamento da classe dos nomes gerais, não servindo como fonte relevante para o estudo.

Outro ponto importante a ser considerado para se pensar a acerca desse item lexical é que a sua etimologia, ou seja, a sua forma no latim, é a mesma de *coisa*, segundo os dicionários consultados, o que é forte evidência da sua generalidade semântica.

Alguns dos exemplos encontrados nos dicionários são estes:

- Ernout e Meillet (1959) : *Negotium*: occupation, affaire et dans la langue parlée, como le grecque “chose, affaire” (cf. res, causa). S’emploi aussi par l’euphémisme pour désigner des choses ou des actes qu’on ne peut pas expressément nomer. Quelquefois, comme le grecque, s’applique à une personne.
- Ferreira (1993): *Negotium*: ocupação, trabalho, atividade; dificuldade, embaraço; coisa, criatura (falando de pessoas), *negócio*, assunto, missão
- Torrinha (2001): *Negotium* [*neg-* + *otium*]: ocupação; embaraço; coisa, *negócio*, assunto; ser, criatura (falar de pessoas)

- Rezende e Bianchet (2005): *negotiuo/um, -i, (.n)* . (*negotium*): ocupação, trabalho, negócio. Dificuldade, embaraço. Atividade política. Assunto particular. Processo, causa forense. Comércio.

Evidentemente, há, no latim, a ocorrência de *negócio* enquanto nome geral, dentro de esferas mais amplas e mais específicas do item, política e economicamente. As definições de *negócio* nos dicionários ainda permitem observar que o traço [+humano] podia ser associado ao item *negócio*.

Por fim, nota-se que há duas formas em latim para *negócio* (*negotium* e *res*), sendo que a forma *res* é a mesma para a palavra *coisa*. É importante nessa análise considerar as questões etimológicas abordadas por Viaro (2017) e pensar-se sobre a possibilidade de se ter, na verdade, duas formas latinas distintas de *negócio*, com sentidos diferentes, o que seria um caso de homonímia e, não, de polissemia. É necessário pensar-se sob tal perspectiva a fim de melhor elucidar a relação etimológica propriamente dita do item em estudo, *negócio*, e seu uso na língua portuguesa desde seus primórdios.

3.2 *Negócio em línguas neolatinas*

Esta seção visa a explicar um questionamento que pode, eventualmente, surgir com relação ao estudo do fenômeno da Gramaticalização do item *negócio*. Compreendendo que tal processo da área de mudança linguística, se já consolidado desde o latim deveria ter-se propagado também pelas outras línguas românicas.

Apesar de se ter conseguido comprovar a existência de *negócio* enquanto nome geral no francês e no espanhol, além de, claro, no português, deve-se enfatizar que mesmo que isso não fosse constatado, tal contestação não seria válida, tendo em vista que, segundo Ilari (2018), os processos de mudança linguística desde o latim se comportaram de forma distinta entre as diversas línguas românicas, na semântica também se nota essa variação, assim como ocorreu na morfologia, na fonética, na sintaxe, etc.

Abaixo se encontram as definições do vocábulo:

- a. **Affaire** (Le Robert de Poche 2014, 2013): **1** Ce que qqn a à faire, ce qui l'occupe ou le concerne. *J'en ai fait mon affaire*, je m'en charge. # Ce qui intéresse qqn, lui convient. *Cela doit faire l'affaire*, cela doit convenir. # fam. *Faire son affaire à qqn*, le tuer; le punir. **2** AFFAIRE DE, affaire où (qqch.) est

en jeu. → **question**. *Une affaire de coeur*. **3** Ce qui occupe de façon embarrassante- *Se tirer d'affaire*, du danger. **4** Ensemble de faits créant une situation où divers intérêts sont aux prises. Une affaire délicate. # spécialt Scandale social, politique # Événement, crime posant une énigme policière. **5** Procès, objet d'un débat judiciaire. **6** Marché conclu ou à conclure avec qqn. *Faire affaire avec qqn* → **traiter**. # **7** Entreprise commerciale ou industrielle. II loc. AVOIR AFFAIRE À qqn, avoir à traiter, à discuter avec lui. – *Vous aurez affaire à moi!* (menace). III **1** Ensemble des occupations et activités d'intérêt public. *Les affaires publiques*. **2** Situation matérielle, personnelle d'un particulier. **3** Activités économiques (commerciales et financières) (...) **4** Objets ou effets personnels. *Ranger ses affaires*.

b. Affaire (GÁLVEZ, 2008): *Affaire nf* [entreprise, marché] *negócio m* ; [question] *assunto m* ; [scandale] *caso m* ; **avoir affaire à qqn** ter que tratar com alguém ; **faire l'affaire** servir perfeitamente. – **affaires nfpl** [objets] *coisas fpl* ; **les affaires** FIN os *negócios*; **occupe-toi de tes affaires** meta-se com a sua vida.

c. Affaire (Porto Editora, 2016 (Variante portugês de Portugal):

i. *Affaire: nf* **1** questão, assunto **2** *negócio* **3** escândalo, caso # *nfpl* **1** Econ, Pol *negócios* **2** objetos pessoais, pertences; **range tes affaires** arruma as tuas coisas

ii. *Negócio: nm* **1** affaire **2** (loja) commerce **3**(BRA) (*coisa*) chose; (*assunto*) sujet

d. Negocio (Real Academia Española)

i. Del lat. *negotium*.

1. m. Ocupación, quehacer o trabajo.
2. m. Dependencia, pretensión, tratado o agencia.
3. m. Aquello que es objeto o materia de una ocupación lucrativa o de interés.
4. m. Acción y efecto de negociar.
5. m. Utilidad o interés que se logra en lo que se trata, comercia o pretende.

6. m. Local en que se negocia o comercia.

ii. negocio jurídico

1. m. Der. Declaración de voluntad de una o más personas a la que la ley reconoce efectos jurídicos.

iii. negocio redondo

1. m. coloq. **negocio** muy ventajoso y que sale a medida del deseo.

iv. agitarse un negocio

1. loc. verb. **agitarse una cuestión.**

v. desempatar un negocio

vi. loc. verb. coloq. Ponerlo a flote, aclarando las dudas y dificultades que tenía.

vii. evacuar alguien un negocio

viii. loc. verb. coloq. Finalizarlo, salir de él, concluirlo.

ix. hacer alguien negocio

x. loc. verb. coloq. Obtener provecho o lucro.

xi. hacer alguien su negocio

e. *Negocio* (SARAIVA, 2001):

i. *Negocio*: sm 1. Com *Negócio*; operação comercial. 2 Com Loja; estabelecimento; comercial 3 Com Transaçãocomercial (...) [p.307]

ii. *Negócio*: sm 1. Com *Negocio*; transacción comercial. 2 Trato; negociación. 3. Fam *Negocio*; assunto; tema. 4. Fam *Cosa*; trasto (...) [p.208]

f. *Negocio* (BUENO, 2007):

i. *Negócio*, s. m. Comércio; tráfico; convenção, negociação; empresa; qualquer assunto; ajuste (aum.: negociarrão); coisa; objeto; casa de *negócio* (...) [p. 536]

A fusão entre discurso e contexto é explicitada na definição de *affaire* por Valdez

(1881), que reforça a importância que deve ser dada aos antecedentes e consequentes do discurso além dos verbos que acompanham determinada palavra para determinar a sua acepção. Fica clara a necessidade de acesso às demais palavras utilizadas no mesmo contexto linguístico de *negócio* para a sua depreensão semântica.

As definições dicionarizadas de *negócio* tornam-se de grande relevância na medida em que, consultando-se as acepções dadas pelos autores em séculos anteriores, é possível, assim, evidenciar a constância histórica da palavra com sentido genérico, não só na língua portuguesa, mas também em outras línguas românicas. Desse modo, tem-se um fato linguístico não-isolado, mas, ao contrário, concatenado com a família linguística. Os dicionários etimológicos também corroboram a assertiva de que o termo teria já tal acepção desde o latim, de modo a respaldar a hipótese de que seriam encontradas nas cartas portuguesas seiscentistas analisadas ocorrências cuja semântica se aproximaria daquela dos nomes gerais.

O sentido genérico de *negócio* pôde ser percebido em outras entradas de dicionários, tais quais:

- i. Pinto (1832): “*negocio*: qualquer coisa, que se negocia (...)”
- ii. Bluteau (1728): “*negócio*: qualquer coisa que nos pode ocupar com cuidado, com trabalho, com idas e vindas (...)” Além dessa acepção, o autor ainda apresenta a forma latina da palavra, “*res*”, que é a mesma de *coisa*.
- iii. Corominas (1954): “*negocio*: ocupação, o que fazer; derivado negativo de *otium*; (ainda na fala popular)”. Esse dicionário traz a definição de *negocio* dentro do verbete “*ocio*”, o que é, sem dúvidas, um grande indício de que a palavra passou por um processo de Gramaticalização, pois nota-se que se trata da cristalização da união de um prefixo de negação (*neg-*) mais um radical (*ocio*), o que acontece desde o latim (*negotium*).

O que se pretendeu com essa busca pelas definições de *negócio* em dicionários *online* e escolares nessas três línguas (português, espanhol e francês) foi tentar-se melhor compreender a semântica do item lexical em línguas de mesma família, as três provenientes do latim, sendo línguas românicas, corroborando com a afirmação de que no latim a palavra já seria usada enquanto nome geral. Apesar da forma tão distinta em francês (*affaire*), deve-se considerar que o processo foi o mesmo, de modo que entendendo os morfemas que constituem esse vocábulo enquanto preposição (*a*) + verbo (*fazer*), tem-se exatamente a negação de *ocio*.

Duas observações, no entanto, devem ser ponderadas: a primeira delas é a de que ainda que na língua vernáculo (nem sempre com grande respaldo nos dicionários consultados) o sentido conferido a tal vocábulo não seja necessariamente tal qual indicado no dicionário, ele se mostra ao menos como um indício das possibilidades semânticas reconhecidas pelos falantes. Isso quer dizer que, embora se possa facilmente por intuição afirmar que, no português, *negócio* seja bastante mais utilizado como sinônimo de *coisa*, não se deve desprezar o fato de que está dicionarizada a acepção daquele item enquanto nome geral (na concepção empregada neste trabalho). A mesma comparação também pode ser empregada na língua francesa.

Atestadas as significações de *negócio* no espanhol e no francês, duas informações são depreendidas. A primeira delas é a de que o fenômeno de Gramaticalização do item lexical não é um fenômeno linguístico isolado, a segunda se trata da evidência de que é plausível pressupor a ocorrência da palavra *negócio* no século XVII, dado que não se pode negar que tal semântica já está associada ao vocábulo em sua raiz.

Sobre as cartas usadas na pesquisa, é preciso pensar-se a respeito da formação da língua portuguesa, e, principalmente, em um dos aspectos tão relevantes no estudo de sociolinguística que trata das redes sociais. Português escrito no Brasil X português europeu. , as cartas do Marquês e Gouveia apresentariam aspectos linguísticos distintos daquelas escritas por Padre Antônio Vieira. Nesse sentido, o novo *corpus*, ao mesmo tempo em que contribui de forma significativa para a pesquisa, tanto por sua relevância histórica quanto pelo número de dados coletados, apresenta-se, então, como outra variável que deve ser discutida nos resultados obtidos.

A análise quantitativa servirá de base para testar a hipótese de que o item lexical *negócio* foi empregado enquanto nome geral nas cartas analisadas, tendo-se como referência as etapas de Gramaticalização. Sabendo-se que não há como identificar todas elas por não se tratar, aqui, de um estudo diacrônico, mas, sim, histórico, uma vez que o objeto de estudo para este trabalho não buscou fazer uma análise semântica ao longo do tempo do vocábulo, mas de um momento histórico específico, a fim de que, futuramente possa ser realizado um estudo comparativo dos resultados de pesquisas anteriores com aqueles alcançados a partir dessa dissertação.

4 METODOLOGIA

4.1 Estratégias de compilação e descrição do *corpus*

A presente dissertação somente foi possível ser realizada pelo trabalho anterior a ela de compilação de *corpus*. Rayson (2015) assegura que é necessário que se definam os critérios de compilação, que se dá em três fases, a saber: i) o desenho do *corpus*; ii) a coleta dos textos; iii) a codificação do texto ou marcação. No caso do *corpus* utilizado para este trabalho, ele possui formato que pode ser lido por máquina, sendo o primeiro formado pelas cartas escritas pelo Marquês de Gouveia, a digitalização, enquanto o segundo já fora transcrito antes do momento de acesso aos textos. A necessidade de se desenhar *corpora* escritos veio da própria disponibilidade desse registro em detrimento do oral devido ao cunho histórico da pesquisa que se propôs realizar.

Acerca da representatividade desse *corpus* e das anotações, uma vez que a pesquisa se pautaria, inicialmente, apenas nas cartas do *Ms. 2967* da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, digitalizadas e, portanto, em se tratando da versão original do *Manuscrito*, apesar de a transcrição ter sido feita apenas parcialmente, ou seja, dos contextos de ocorrência do item lexical analisado (*negócio*), as anotações manuais foram o recurso utilizado, por dois motivos: o primeiro diz respeito à criação de maior familiaridade com o texto, tanto a nível de tema/ conteúdo quanto a nível filológico/paleográfico, na medida em que quanto mais se lê, melhor se reconhecem as nuances idiossincráticas do *Manuscrito* e a letra do período de produção dos textos, o que permite ao pesquisador uma transcrição mais fiel ao documento e, conseqüentemente, um estudo linguístico melhor elaborado.

Apresentam-se alguns pontos importantes com relação à escolha e análise dos *corpora* utilizados. Quanto às vantagens, pode-se apontar para o aspecto quantitativo da pesquisa, dado que o número de dados coletados, ao se acrescentar o segundo *corpus* à análise foi muito maior; outro aspecto positivo se pelo fato de que, como as cartas de Padre Antônio Vieira possuem múltiplos destinatários, expandem-se, assim, também as características discursivas. Considerando-se que o locutor se dirige a diferentes interlocutores, a separação entre o uso de uma linguagem mais formal ou informal, a temática livre e fixa, maior proximidade ou distanciamento, que seriam fatores da sociolinguística afetados por essa maior abrangência do *corpus*. Enquanto desvantagens tem-se o fato de que o maior número de dados traz ao estudo mais variáveis a serem consideradas, as diferentes temáticas e contextos.

Não foi utilizado nenhum critério para equilibrar o tamanho dos *corpora*, uma vez que não se espera, por meio desta pesquisa, propor uma descrição contrastiva da ocorrência de *negócio* nos dois subcorpora. A tabela, que contém os dados coletados a partir de cada um dos compilados de cartas, não possui tal objetivo. Apesar de mostrar os resultados separadamente, as análises se pautaram nos valores absolutos encontrados na pesquisa. Em um trabalho futuro, pode-se julgar pertinente fazer essa comparação com maior rigor, além de balancear o número de cartas ou de palavras (tendo em vista que o *corpus* composto pelas cartas de Vieira é bastante mais extenso que o de Gouveia).

Esta pesquisa tem como *subcorpus* um recorte do *Ms. 2967*, catalogado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, em Portugal. Trata-se de um compilado de cópia das cartas que foram escritas pelo Marquês de Gouveia ao Rei D. Pedro sobre os *negócios* da Embaixada, ou nas palavras que se encontram no próprio catálogo da biblioteca:

registo das cartas ~q. o marques de gouvea sendo embaixador ex-traordinario a el rey catholico escreveo a s. a. e ao secretario de estado sobre os negocios da dita embaixada que comeseu em 22 de outubro de 1670 e acabou em 18 de outubro de 1673. (disponível em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/cat%C3%A1logo_dos_Manuscritos_da_biblioteca_geral_da_universidade_de_coimbra_relativos_%C3%A0>. Acesso em: 20 jul. 2019).

Como se pode observar, a própria temática do documento se sobrepõe ao objeto de estudo linguístico, o nome geral *negócio*.

Constituirão o *corpus* da pesquisa somente as cartas do ano de 1672, que totalizam 67 fólios. Esse recorte foi feito levando-se em conta o período de dois anos do Mestrado e o fato de, após uma análise inicial, ter-se observado um número elevado de ocorrências do item nos textos selecionados.

O interesse pelo *Manuscrito* em questão foi consequência de uma pesquisa minuciosa do catálogo da biblioteca, seguindo algumas condições. Dentre elas, pode-se citar:

- a) O ineditismo do documento;
- b) A legibilidade da escrita (as intensas modificações exógenas no documento poderiam fazer com que a pesquisa se tornasse mais filológica que propriamente de análise de mudança e variação linguística);
- c) O gênero textual do *Manuscrito*, uma vez que as cartas envolvem um discurso dialógico, e possui a particularidade de ser um registro escrito que se aproxima do vernáculo linguístico, para se estudar sincronias passadas.

Discute-se, sem haver uma resposta objetiva única para a questão, como é possível ter um *corpus* representativo em Linguística de *corpus*. A representatividade deve, no entanto, ser levada em conta considerando dois fatores essenciais: análise quantitativa e qualitativa. Ambas são, assim, complementares e não se excluem. De nada adianta possuir *corpus* robusto, com bastantes dados, se as conclusões a que se chega ao final da pesquisa não são inovadoras e não contribuem para a que outras pesquisas deem continuidade a ela, ou que dialogue com estudos feitos anteriormente (CRAWFORD, 2016). É por isso que é necessário relativizar e, ao mesmo tempo em que se deve evitar uma coleta muito pequena de dados, buscar sobretudo a relevância desses.

Outra questão imposta ao se pensar na compilação do *corpus* é a generalização dos dados encontrados. Não se deve, portanto, fazer afirmações ou deduções acerca do fenômeno linguístico analisado se o *corpus* não respalda tais análises. Ele apenas mostra o que ele contém, e é por isso que, muitas vezes estatisticamente, quanto maior o *corpus*, maior as chances de se obterem mais informações para melhor compreensão do fenômeno.

Foi pensando-se principalmente em ambos os fatores mencionados que se fez uma alteração no *corpus* que seria utilizado para a pesquisa de mestrado, acrescentando-se um novo *corpus* àquele compilado inicialmente. O primeiro *corpus* era composto por cartas escritas pelo Marquês de Gouveia ao Rei.

Tomada essa decisão, seria necessário pensar sobre os critérios de escolha do *Manuscrito*:

- i) qual a data do documento?
- ii) como escolher o *Manuscrito*? Temática, língua, estado de conservação? Letra? Apógrafo?
- iii) qual seria o item linguístico para descrição?
- iv) o *Manuscrito* seria escolhido por gênero?

A fim de colaborar com os estudos linguísticos históricos, escolheu-se trabalhar com documentos do século XVII em língua portuguesa, que abordasse explicitamente questões relacionadas ao contexto histórico de produção. O século XVII é ainda pouco explorado em linguística e diversas questões no tangente sobretudo ao português se mostram ainda pouco desbravadas. A dissertação, portanto, visa a contribuir a partir da difusão de um *corpus* que é pouco citado sobretudo no Brasil, tornando-o de conhecimento da comunidade acadêmica. Além disso, conforme Kyto (2019) afirma em seu artigo, é preciso que se crie um acervo de

Manuscritos originais para melhorar a qualidade dos trabalhos na área de linguística histórica/diacrônica; a ausência de estudos a partir desses documentos é também denunciada por Assalim (2007) em sua tese. Desse modo, comprova-se a relevância de se compilar um *corpus* de tal importância para o contexto histórico de Portugal e da Europa em geral.

O labor filológico/paleográfico que foi necessário com a transcrição dos contextos de ocorrência do item linguístico *negócio* fez com que fosse escolhido um *corpus* menos extenso, tendo sido selecionadas para a pesquisa as cartas do ano de 1672. O recorte do *Manuscrito 2967* da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra foi, assim, imprescindível, uma vez que foi contato inédito com um *Manuscrito* original, que apresenta diversos desafios na interpretação/ leitura desse: copiado com letra do século XVII, a presença de abreviaturas e alguns trechos pouco legíveis devido à ação do tempo, os próprios aspectos intralinguísticos tais como a sintaxe, o léxico e a semântica do período linguístico de produção.

Entretanto, sob o aspecto quantitativo, ao final da análise dos contextos do item lexical estudado, perceberam-se duas questões: a primeira, que o número total das ocorrências não parecia satisfatório, e a segunda, que tais contextos pareciam ser bastante repetitivos e, portanto, o viés idiosincrático das cartas foi levantado.

A transcrição das cartas permitiu que se tivesse contato direto com o *Manuscrito*, de modo que puderam ser percebidas características que se perderiam apenas com a transcrição, como por exemplo as modificações exógenas (aquelas causadas por fatores externos ao texto, como o desgaste das folhas, o amarelado, a tinta). Também os fatores intralinguísticos ficaram mais perceptíveis, tais como as abreviaturas usadas (consultou-se o dicionário de abreviaturas do século XV ao XIX de Flexor (2008) para que se pudesse desenvolvê-las no momento da leitura e da transcrição). Assim, apesar de o trabalho paleográfico não ser o objetivo principal para a dissertação, nota-se o quão enriquecedor se torna um trabalho interdisciplinar para o alcance de uma pesquisa completa e aprofundada.

Estudar um documento antigo é um retorno ao passado que não conhecemos, e a distância temporal e espacial traz consideráveis implicações nessa análise, uma vez que, não dominando e nem mesmo conhecendo aquela escrita e até mesmo aquela língua, não é possível simplesmente aplicar o que se sabe da língua que se fala nem da bagagem metalinguística que se traz no momento de contato com o *Manuscrito* (NUÑEZ CONTRERAS, 1994).

Tão complexo é o estudo dos *Manuscritos*, que é necessário ao pesquisador que “eduque o seu olhar”, ou seja, que consiga pensar o documento sob um ponto de vista global, compreendendo-o como um conjunto de três elementos fundamentais:

- a) O *Manuscrito* enquanto objeto: ele é o ponto de chegada de relações, compromissos, disputas, etc.;
- b) O *Manuscrito* é um suporte de textos;
- c) O *Manuscrito* é um testemunho histórico.

Assim, para além dessa complexidade inerente ao trabalho com manuscritos, que foi colocado em prática nesta pesquisa, a nível de transcrição e curadoria (a partir dos critérios de *i* a *iv* mencionados acima), nota-se a abrangência de tal fonte para a compreensão de relações sociais de um período passado. Ao se materializar tal relação neste documento é que ele se torna, então, ponto de partida para um estudo que procura descrever um fenômeno linguístico de forma contextualizada e interdisciplinar.

4.2 Métodos de análise de dados

O pressuposto do qual se partiu para satisfazer-se a classificação semântica de *negócio* foi, portanto, o de que tais ocorrências, assim empregadas, seriam nomes gerais. Ao se criarem, pois, as categorias [+específico], [+genérico] e [+ambíguo], o que se buscou evidenciar foi, além de comprovar ou refutar a hipótese de que *negócio* seria empregado enquanto nome geral, caso fosse confirmada, far-se-ia necessário analisá-lo sob um *continuum*. Partindo da teoria dos protótipos, o que se deve notar é o fato de que alguns elementos dentro de uma categoria são mais prototípicos que outros e, nem por isso, os demais não fazem parte dessa categoria. Desse modo, foram encontrados contextos em que *negócio* se apresenta com um nível de generalidade mais alto que outros.

As categorias foram assim definidas neste trabalho (Cf. Duchowny e Oliveira, 2019):

- [+genérico]: conceito mais geral, um assunto, um tema, uma coisa, uma atividade não envolvendo lucro/comércio. A palavra pode ser usada para retomar toda uma situação.
 - *Dis me <vossa> <Senhoria> <que> o Principe nosso <senhor> he seruido ouuir o meu parecer, sobre o **negosio** <que> propos <Dom> <Francisco> de Mello, eu hei dito a <vossa> <Senhoria> <muitos> veses e agora me não arependo de o repetir <que> no <conhecimento> propio ninguém me excede(...)* (GOUVEIA, 1672, f.82r.): fala-se de acordos feitos entre Portugal e a corte espanhola.

- *Se houvesse a mudança que eu desejo e deixei de apontar, em falta, de outra mais necessária não seria esta pouco importante àquele negócio, o qual cada<vez está mais bem visto; mas não terá ultima resolução, em quanto Portugal não estiver mais quieto(i).* (VIEIRA, 1673, p.687): fala-se da transferência de Macedo para Roma, na alternativa de o nomearem secretário de Estado, que ele mais lhe desejava.
- [+específico]: atividades lucrativas de diversos tipos; transação comercial
 - “(...) por esperar a resolução, de <Vossa> <Alteza> <que> hei pedido em cata de 24 do passado e por estas demonstrasco~es, oculares parece <que> me não emganaua em seguir a openião de <que> neste negocio era justo por termo breue assinalado e cathegorico(...)” (GOUVEIA, 1672, f. 87v.) : segundo informação do catálogo, é sobre uma oferta de juros feita por Arcanjo de Aragão, de Sevilha.
 - *Não torno a recomendar a V.S.a o **negócio**, em que o padre João Pimenta há-de falar a V. S.a, sobre a arrecadação daquela parte do dinheiro dos defuntos, e dívida que a fazenda de S. M. pode facilmente pagar no Brasil para ajustamento do dote daquela órfã minha irmã (3), (p. 298)* (VIEIRA, 1670, p. 298): nota-se que no entorno lexical, refere-se à arrecadação e pagamento de uma dívida.
- [+ambíguo] não há evidência de qual *negócio* se trata, apenas essa menção, possuindo acepção específica ou não
 - *Disme <Vossa> <Senhoria> os Ministros a <que> secomunicou o **negosio** <que> trago entre mãos ainda <que> os <que> seruímos deuemos crer a olhos fechados o aserto nas resolu~es, não posso deixar de diser a <vossa> <Senhoria> se o negocio fora meu a alg~u dells dera exclusiua, e <que> he milagre iuidente de <que> na nossa terra haja <quem> louue as aso~es alheas.* (GOUVEIA, 1672, f.67r.): a linguagem figurada dificulta a transparência semântica do item: seria uma referência ao acordo? um objeto físico – como a própria carta que escreve ou seria um trato comercial?
 - *Daquele outro ministro, que estimará tódás as nossas conveniências emquanto o forem do seu príncipe, também tenho o mesmo conceito, e por isso duvido se fale de coração no negócio dos homens de negócio, principalmente prometendo socorros e companhias para as Conquistas.* (p.675): novamente, há uso de uma linguagem mais literária, figurada no contexto lingtco de negócio – coração -. O caso do Ministro envergonha a Pe. Vieira

Ressalta-se que generalidade semântica é entendida como a propriedade de o nome em análise, *negócio*, ser utilizado em um contexto com sentido mais próximo do que se assume

por item gramatical, como os pronomes, e/ou, simplesmente, com uma semântica mais ampla, que se distancia do que inicialmente se tratava por “sentido lexical”, transação comercial.

Para diferenciar a semântica de *negócio* entre [+específico] (ou [+e]) de [+genérico] (ou [+g]) e [+ambíguo] (ou [+a]), aplicou-se o seguinte teste nas ocorrências analisadas: naqueles contextos cuja classificação do item foi [+e], pôde ser feita a substituição de *negócio* por “trato comercial”, confirmando o seu traço semântico. Já nos contextos em que o item foi classificado como [+g], *negócio* deveria ser diferente de “trato comercial”, isto é, seriam sinônimos de “assunto, questão, tema”. As ocorrências consideradas ambíguas permitem a substituição tanto por “trato comercial” quanto por “assunto, questão, tema”. O traço [+ambíguo] pode incorrer em certa subjetividade na análise, uma vez que é pouco provável que o próprio autor das cartas tenha utilizado o nome *negócio* com um significado dúbio. Porém, uma vez que a aplicação do teste semântico se fez viável e comprovável, manteve-se tal critério metodológico para a categorização do item.

Primeiramente, os documentos foram lidos, na sua totalidade para, em seguida, serem transcritos apenas os contextos nos quais o item *negócio* ocorre. Os critérios para a transcrição semidiplomática foram aqueles propostos por Cambraia (2005). Seguindo os critérios desenvolvidos por Duchowny e Pereira (2019), a partir da análise do nome *negócio*, as ocorrências encontradas foram quantificadas e distribuídas nos três grupos já apresentados. Segundo as autoras,

foi possível dividir as ocorrências coletadas em três grupos: [+específico], quando *negócio* aparece com sentido de acordo/trato comercial; [+generalizado], quando *negócio* possui um referente que não faça parte do campo semântico de acordo/trato comercial ou é muito abrangente; e por último, o grupo “ambíguo”, quando o contexto não oferece dados suficientes para afirmar qual seria a acepção de *negócio* se [+genérico] ou [+específico] (DUCHOWNY E PEREIRA, 2019, p. 2).

Essa análise serviu de direcionamento para o estudo com *negócio* também nas cartas seiscentistas, seja a título de conformidade seja a título de confrontação e novas constatações. Finalmente, foi possível analisar as ocorrências utilizando-se do arcabouço teórico-metodológico indicado.

A contribuição dos paratextos – as notas e comentários da edição das cartas de Vieira e o catálogo do *Ms.* composto das cartas de Gouveia – foi grande e fundamental para a apreensão semântica de *negócio* nos contextos identificados. Eles se tornaram suportes importantes para maior entendimento dos assuntos abordados, uma vez que exigem grande bagagem de conhecimento dos fatos históricos no período. Além desse obstáculo, inerente a

estudos de sincronias passadas, a própria língua se apresenta como um desafio a se sobrepor, por sua sintaxe e léxico particulares.

Dado que, ao se analisar a classe dos nomes gerais, é necessário que se considere o grau de esvaziamento semântico do item lexical, o que pode ser melhor evidenciado a partir dos que o acompanham dentro da cadeia sintagmática. Para compreender esse fenômeno com maior clareza, é preciso que se aborde um dos principais fenômenos de mudança linguística, a Gramaticalização, que consiste na passagem de um item lexical para um item gramatical ou se um item [-gramatical] para um item [+gramatical], como visto na seção 2.4. Como item gramatical, pode-se compreender os pronomes, que funcionam, na língua, como eficazes elementos coesivos, anafóricos ou catafóricos, endógenos ou exógenos. É nesse ponto que se deve falar da pronominalização, que é parecida pelas perdas de características morfossintáticas típicas de itens lexicais.

É importante reforçar também a necessidade de se seguir critérios rigorosos no ato da transcrição, delimitando de forma clara as normas para que o leitor consiga discernir as interferências do autor no texto original. Isso considerando a edição paleográfica que foi aqui proposta, já que em outras edições, sobretudo na crítica, tem-se por objetivo apenas a apreensão do conteúdo veiculado pelo documento, não sendo relevante, ou melhor, prioridade, os aspectos linguísticos da obra. Estudar *Manuscritos* é a forma que se tem de “retorno” ao passado linguístico, uma vez que os registros orais se fazem ausentes. Assim, a tarefa de reconstrução de um texto por meio da Crítica Textual deve se sustentar em dicionários, e comparar os resultados das análises com os de outras pesquisas a fim de validar ao máximo as afirmações.

4.2.1 O item *negócio* no *corpus* português seiscentista

A Gramaticalização não foi o ponto de partida para a análise do item *negócio*, mas, sim a via intermediária para este estudo, tendo em vista que o nome geral decorre do processo de perda de sentido lexical. Porém, sabendo-se que ele só pode ser identificado a partir de um estudo diacrônico, através da passagem do tempo, seria necessário, para que ele fosse objeto de estudo, ter-se cartas de vários séculos, para que, então, fosse viabilizado um estudo comparativo do fenômeno linguístico em diferentes momentos da história da língua portuguesa, bem como identificar as etapas definidas por Hopper (1991) de tal processo de esvaziamento semântico de um item lexical. No presente estudo, as etapas posteriores àquela que será descrita, no século XVII, fazem parte da revisão teórica feita, que dá conta de artigos publicados sobre o tema,

cujos corpora utilizados datam de séculos a partir do XVIII.

Ainda quanto à metodologia do estudo que se realizou para esta dissertação, baseou-se em Benninghoven (2018, p. 87) que partiu da análise da combinação de parâmetros estruturais e semânticos de frases de nomes gerais, a saber o co-texto e o contexto. Os parâmetros estruturais serão aqui entendidos exatamente como o co-texto, que pode ser definido enquanto os elementos linguísticos que rodeiam o nome geral. Já o contexto trata-se do aspecto situacional fora do texto para a sua interpretação. Essa separação não será feita de forma tão rígida, de modo que o contexto aqui assume um caráter discursivo do texto como um todo, e não somente as questões extralinguísticas, como a relação entre os interlocutores, o contexto histórico de escrita das cartas. Assim, extrapola-se o co-texto de ocorrência para ilustrar os usos de *negócio*, a fim de propor a categorização do continuum entre o traço [+específico] e o [+genérico].

Com relação aos parâmetros estruturais de frases dos NG, segundo a autora é preciso que se analise a presença ou ausência de modificador, e de “linkage” – referência endofórica ou exofórica. Deve-se, no entanto, considerar que pela muitas vezes ausente informação suficiente acerca dos elementos exógenos de referência nas cartas compiladas, ateu-se de forma mais frequente e precisa às referências endógenas. Dentro do contexto, é necessário que se delimite, pois, as funções dos pré e pós modificadores, de modo a elucidar e investigar as preferências e restrições funcionais do NG *negócio*. Poder-se-á, de tal modo, identificar quais o(s) contexto(s) mais prototípico(s) do emprego do item cujo semântica é mais genérica, bem como o contrário.

Sabe-se que há diversos vieses de análise do nome geral *negócio*, como o morfossintático utilizado recentemente por Amaral e Mihatsch (2019), que analisaram o comportamento – ou funcionamento – linguístico do item *pessoa* (cf.) a partir da presença ou ausência de determinantes e pós-modificadores, bem como suas classes morfológicas. Porém, uma vez que se pretende elucidar o comportamento semântico de *negócio*, foi preciso que a análise das ocorrências se dessem tanto a partir do contexto quanto do co-texto em que é empregado, entendendo-se o primeiro enquanto a contextualização histórica, social e política de produção das cartas e o segundo o contexto linguístico que rodeia o item analisado.

Por todas essas questões apresentadas, após análise preliminar dos dados no primeiro *corpus* compilado (as cartas de 1672 do Marquês de Gouveia), notou-se que seria necessário acrescentar um outro *corpus* para a ampliação não apenas do número de dados, mas também da diversidade deles, permitindo, portanto, eliminar o viés idiossincrático da análise, ou seja, se os resultados encontrados seriam reflexo apenas da escripta do autor das cartas e,

não, uma tendência mais geral do português seiscentista. Dessa forma, optou-se por acrescentar a ele as cartas de Padre Antônio Vieira. As principais razões para tal escolha foram: a primeira, evidentemente, deve-se ao fato de as cartas também datarem no século XVII, o que, como dito anteriormente, foi o principal fator considerado para o desenvolvimento da pesquisa; a segunda, trata-se do gênero textual analisado no *corpus* inicial, o que evitaria que os dados fossem alterados devido ao registro; e, por fim, a terceira razão diz respeito à facilidade de acesso às cartas de Vieira, uma que vez que, conforme já mencionado, a disponibilização de documentos do período pesquisado não é tão vasta (ASSALIM, 2007), conforme já indicado na seção 2.2.1.

A presença de ocorrências classificadas entre as três categorias ([+específico], [+genérico] e [+ambíguo]), revela que a interface do gênero textual com a análise semântica de um item lexical não deve ser ignorada, uma vez que, o fato de se tratarem de cartas de comércio traz ao estudo uma série de questões a serem problematizadas, tais como i) o nível de formalidade do registro, ii) a previsibilidade semântica dos itens lexicais utilizados no texto. Assim, por se tratarem de cartas de comércio, o desafio foi ainda maior, uma vez que esse subgênero nos presume o uso de *negócio* no sentido de transações comerciais, mesmo tempo em que, exatamente por se encontrar no limítrofe de um registro escrito que visa a se aproximar da oralidade, poderia permitir que o item lexical fosse empregado, ao contrário, no sentido de *coisa* (nome geral por excelência) aproximando-se a fala de informalidade, o que sabemos não ser uma correspondência exata. Porém, como a maioria dos trabalhos associam o uso de nome geral a contextos orais e informais, seria providencial que aqui se assumisse também essa relação.

Apesar de se propor nesta dissertação uma análise qualitativa do item *negócio*, com a finalidade de descrever seus principais aspectos de ordem semântica e morfossintática em cartas seiscentistas, sabe-se que a frequência, enquanto fator explorado por teórico da área de Gramaticalização, também deverá ser considerada para se alcançarem os resultados da pesquisa. Isso, devido ao que autores como Hopper (1991) afirmam acerca dos critérios para se verificar o processo de Gramaticalização de um item lexical, sendo que esse processo é compreendido por este trabalho como aquele que permitiu a passagem de *negócio* enquanto item lexical (com o sentido de transação comercial) para um item gramatical. Dentro desses critérios encontra-se o critério da produtividade, ou seja, quando a palavra passa a ser usada como gramatical ou +gramatical, aumenta-se a recorrência de uso entre os falantes da língua.

Portanto, ao se levar em consideração a quantidade de ocorrência do nome no *corpus*, visa-se ao confronto da frequência desse item nas cartas estudadas com os resultados já obtidos no português contemporâneo. Sendo o fenômeno da Gramaticalização melhor

entendido sob uma análise diacrônica, a comparação de resultados obtidos em estudos passados com estudos contemporâneos é imprescindível.

Não se pretendeu, logo no início, trabalhar-se com mais documentos, pois as cartas desse *Manuscrito* tiveram de ser transcritas (os contextos de ocorrência), e o labor filológico demandaria um tempo mais extenso do que o aquele disponível nos dois anos em que se deve concluir o Mestrado. Porém, para que a pesquisa tivesse relevância também quantitativamente, optou-se por se fazer uma nova compilação de *corpus* que fosse complementar àquela feita inicialmente. Optou-se, assim, pelas cartas de Padre Antônio Vieira, não somente pela sua relevância de cunho histórico, como também por se tratarem de cartas do mesmo período – século XVII.

O gênero textual, por sua vez, também é um fator que contribui de forma a enviesar aos dados coletados, assim como ocorre com qualquer *corpus*. Isso, pois, o caráter dialógico inerente ao gênero influencia diretamente na utilização de elementos linguísticos dêiticos. O conhecimento compartilhado faz com que os interlocutores envolvidos empreguem palavras que exerçam função referencial – endógena ou exógena –, devido a essa colaboração entre eles da temática e a retomada que se faz do que já foi dito não apenas na carta em questão, mas das outras que já foram enviadas.

A questão da formalidade *versus* informalidade das cartas é válida para que se refute a assertiva de alguns autores de que o uso dos nomes gerais estaria associado ao uso do registro informal da língua, uma vez que as cartas analisadas não se encaixariam propriamente nesse cenário, apesar de ser um gênero dialógico.

Por fim, esclarece-se ao leitor que algumas ocorrências de *negócio* nas cartas de Vieira e de Gouveia não foram consideradas para análise, sendo elas aquelas que poderiam ser classificadas enquanto elípticas, estando, pois, subentendidas nos contextos e, o outro conjunto, constituído pela expressão fixa *homens de negócio*. Este último já fora identificado e classificado por Duchowny e Oliveira (2019), como uma situação de “sentido específico”. (p.10), a partir da análise das autoras por meio de *corpus* português setecentista.

5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A fim de tornar mais evidente a semântica de *negócio*, é preciso perceber que o item se situa na interface de duas grandes classes de palavras: tanto dos elementos lexicais, [+específico], cujo significado é de transação comercial (*business*), quanto dos elementos gramaticais, [+genérico], cujo sentido, mais amplo, pode ser entendido como *assunto*, *acordo*, *situação*, funcionando, nesse caso, como nome geral. Ainda se pensando nas três categorias semânticas apresentadas para concretizar a classificação de todas as ocorrências encontradas no *corpus*, a categoria [+ambíguo] é de grande relevância para o estudo, pois determina a reanálise do item, ocupando um espaço ainda entre essas duas outras denominadas. Conforme apontado na subseção 4.2, foi aplicado o teste de substituição semântica para que se alcançassem tais resultados.

Destarte, a presente seção se dedica a apresentar os resultados obtidos a partir desta classificação semântica, por meio da *Tabela 1*. Posteriormente, no *Quadro 1*, o leitor poderá contrastar a presença ou ausência de determinadas propriedades semântico-textuais do item *negócio* nas cartas analisadas e em outras pesquisas feitas sobre o mesmo fenômeno linguístico. Ambos são sucedidos de exemplos que ilustram as ocorrências e contribuem não somente para a compreensão das classificações, como também permitem que se tenha maior familiaridade com os temas abordados pelos autores, e, principalmente, de que modo o contexto favorece a classificação e a apreensão das propriedades.

Tabela 1 - Ocorrências e classificações de *negócio*

<i>Corpus</i>	Nº de ocorrências	% de ocorrências	Classificação					
			[+genérico]		[+específico]		[+ambíguo]	
			N.	%	N.	%	N.	%
P. A. Vieira	96	59%	64	66,6%	7	7,2%	25	26,2%
Marquês de Gouveia	67	41%	59	88%	1	1,4%	7	10,6%
Total	163	100%	123	75,5%	8	4,9%	32	19,6%

Fonte: a autora

A tabela apresentada, com análise quantitativa das classificações semânticas do

item lexical *negócio*, permite algumas interpretações plausíveis. Com primeiro contato com os dados, nota-se que, de fato, há a presença de *negócio* com semântica mais generalizada nas cartas que compõem os documentos em análise, sendo os contextos classificados em [+genérico] os mais recorrentes.

Além de haver essa multiplicidade de contextos em que surgem as ocorrências de *negócio*, é preciso apontar também que essa classificação é tanto quanto restritiva. Novos campos de estudos, novas nomenclaturas são desafiadoras, e sabe-se que a única forma de se alcançarem resultados mais assertivos é produzindo e divulgando mais trabalhos da área, por meio do aprimoramento da metodologia de análise e do arcabouço teórico utilizado.

Assim, as ocorrências classificadas como [+específico] são as menos recorrentes no *corpus* analisado. Apesar de ele ser constituído também por cartas de comércio, podem revelar outros aspectos relevantes ao se trabalhar com tal gênero textual, sendo o principal aquele relacionado ao seu aspecto dialógico. Essa característica permite maior colaboração entre os interlocutores, elevando o número de elementos referenciais/coesivos ao longo das cartas, reduzindo-se, pois, os contextos em que o nome poderia ser considerado sinônimo de “transação comercial”. Uma grande evidência das ocorrências em que o item *negócio* foi identificado com o traço [+e] foi seu entorno semântico-lexical relacionado a “dinheiro”.

Já aquelas com traço [+genérico], as mais frequente no *corpus* em estudo, mostram a retomada de um assunto ou um acordo ou toda uma situação explicitada anteriormente, endossando, assim, a função referencial do nome geral. Comumente, verifica-se no *corpus* o item *negócio* enquanto sinônimo para acordo, devido aos temas que se fazem presentes nas cartas e, logo, pela posição social ocupada pelos interlocutores, essenciais, sobretudo, no cenário das relações políticas nacionais e internacionais. Por isso, fez-se necessária uma contextualização histórica do século XVII e uma compreensão, ainda que superficial, dos locutores de ambos os subcorpora.

Por fim, os contextos em que *negócio* foi classificado com o traço semântico [+ambíguo] também não tiveram alto índice de produtividade. Nesses casos o que se percebeu foi uma ausência de elementos que possibilitassem a identificação mais exata do referente de *negócio*. Notou-se também que a linguagem mais subjetiva e figurada foi um dos elementos que impediriam a ocorrência de *negócio* com traço semântico [+específico], mostrando que em contexto mais informais há tendência do emprego do item enquanto nome geral.

O estudo no nome geral *negócio* em cartas de língua portuguesa do século XVII indicou, portanto, como é complexo realizar o estudo dos elementos dessa classe de palavras. Ele deve abranger múltiplos níveis de análise dentro da linguística, como: o estudo de gênero

textual; a sociolinguística histórica; a coesão textual e referencialidade. As evidências linguístico-históricas e os dados obtidos após análise do *corpus* se mostram favoráveis e suficientes para se reiterar que já no português do século XVII o item *negócio* era empregado como nome geral.

Conforme apresentado na subseção de objetivos, os dados encontrados na presente pesquisa deverão ser contrastados com aqueles já encontrados em trabalhos anteriores acerca do nome geral *negócio* no português, para que os resultados possam se revelar mais transparentes quanto ao processo de generalização semântica do item, mais elucidativa por meio de análise diacrônica. Assim, podemos apresentar o *continuum* da Gramaticalização de *negócio* da seguinte forma, complementado os dados de Duchowny e Oliveira (2019) com os dados relativos ao século XVII, resultados desta pesquisa. As propriedades foram marcadas como verificável (+), muito verificável (++) e ausente (-). Elas não têm um comportamento ascendente ou descendente necessariamente, mas oscilam, podendo haver algumas que passam a existir com maior assiduidade e posteriormente retomam ao *status* de ausente.

Quadro 1 – Continuum de gramaticalização de *negócio*

Propriedade(s)	Latim	Português s. XVII	Português s. XVIII	Português s. XXI
Coexistência entre as formas [+específico] e [+genérico]	+	+	+	+
Forma [+específico] mais frequente	A verificar	--	+	-
Maior capacidade referencial	A verificar	++	+	++
Forma [+genérico] sinônima de <i>coisa</i>	+	-	-	+
Forma [+genérico] sinônima de <i>questão, matéria, assunto, acordo</i>	+	++	+	+
[+abstrato]	+	+	+	+
[+concreto]	+	-	-	+

Fonte: adaptado de DUCHOWNY e OLIVEIRA (2019)

A coluna do século XVII configura-se como a grande contribuição desta dissertação, resumindo as propriedades semântico-textuais do nome *negócio* no português do século XVII, sendo este o século mais antigo de que se passa a ter, então, um espectro maior a respeito do seu esvaziamento de conteúdo lexical ao passar do tempo.

Conforme fora mencionado na justificativa e na metodologia dessa pesquisa, baseou-se em Duchowny e Oliveira (2019) a fim de dar continuidade ao estudo acerca do nome geral *negócio* na língua portuguesa, por meio de *corpora* históricos. Entendendo que o processo de formação dessa classe de palavras se dá sobretudo a partir da generalização semântica dos itens lexicais, que ocorre por meio da Gramaticalização, o quadro acima é mais que resultado de uma pesquisa histórico-comparativa, mas sim um instrumento e método de análise diacrônica do nome geral *negócio* no português. Criaram-se algumas correlações cabíveis entre as propriedades explicitadas, cumprindo-se o objetivo de se realizar um estudo histórico-comparativo.

Assim, para além da análise sintetizada na tabela 1 desta seção, que revela a classificação semântica de *negócio* no português seiscentista a partir das cartas de Padre Antônio Vieira e do Marquês de Gouveia, outro produto resultante da pesquisa proposta foi a complementação do quadro *Continuum* de gramaticalização de *negócio* (DUCHOWNY e OLIVEIRA, 2019), que permite essa comparação diacrônica das propriedades semânticas e textuais do referido item. A complementação se fez necessária e pertinente na medida em que o processo de generalização semântica de *negócio*, a partir da Gramaticalização, torna-se mais evidente com estudos de séculos anteriores, sendo esta mais uma contribuição da pesquisa proposta.

As propriedades que nele constam visam a abranger as características semânticas e textuais mais relevantes para um estudo de *negócio*. Ao contrastar o comportamento linguístico desse item em latim e no português dos séculos XVII, XVIII e XXI, é possível perceber muito mais semelhanças que diferenças em seu uso ao passar do tempo.

A seguir, a correlação das propriedades apontadas para a análise e as ocorrências do item *negócio* no *corpus*.

A coexistência entre as formas [+g] e [+e] se faz presente nas cartas seiscentistas trabalhadas, apesar da maior frequência do uso mais generalizado do nome, como se presume a partir da segunda propriedade do *quadro 1*. A gramaticalização é um processo de mudança linguística que não pressupõe variação entre forma lexical e forma gramatical. Elas não concorrem, porque estão em estratos distintos da língua. É o que Hopper (1991) trata como princípio da estratificação. Os cinco princípios propostos pelo autor – estratificação,

divergência, especialização, persistência e descategorização – seriam adequados para a análise, já que são adotados para a fase inicial do processo de gramaticalização.

A forma [+específico] ser a mais frequente no século XVIII e, não, no século XVII e XXI é um dado importante para se refletir sobre o porquê de essa oscilação ocorrer no comportamento semântico de *negócio* na língua portuguesa. Um fator que não deve ser ignorado neste estudo é a questão do gênero textual do *corpus* pesquisado, que, conforme tratado em seções anteriores, pode ser determinante para que se identifique maior ou menor número de ocorrências com sentido específico ou genérico. Essa propriedade é válida também na reflexão de que a apreensão da acepção desses itens deve ser feita a partir do seu contexto de uso, sob uma abordagem discursivo- funcionalista. O discurso não pode, assim, ser desprezado, uma vez que a ocorrência de *negócio* em sentido genérico associa-se fortemente à sua função coesiva referencial (por anáfora ou catáfora; endógena ou exógena), apontada pela propriedade *maior capacidade referencial*.

Seguindo essas análises, o uso em *contextos restritos* não foi percebido na língua portuguesa a partir das cartas seiscentistas em análise, uma vez que tal característica do item *negócio* iria de encontro com o fato de que o nome seria utilizado, em sua forma [+genérico] como sinônimo de *coisa* e também de *questão, matéria, assunto, acordo*. Desse modo, contrariando o que Verhoven (2008, p. 241) afirma a propósito de os nomes gerais ocorrerem em construções particulares, observa-se que o NG *negócio*, tanto no português do século XVII quanto do século XXI, apresentam uso em contextos diversos. Entende-se, a partir do presente estudo, que *negócio*, sendo utilizado no texto enquanto elemento lexical, [+específico], possui como referente o elemento em si, ou seja, *business*. Assim, seriam essas as ocorrências em que o item seria diferente de nome geral, cuja função aproximada da classe dos pronomes permitiria uma expansão dos contextos de uso.

O traço [+abstrato], tendo sido percebido nas pesquisas do latim e do português (séculos XVII, XVIII e XXI), Segundo afirmam Heine e Kuteva (2004), os elementos de sentido gramatical correspondem a um referente mais abstrato, ao passo que os elementos lexicais tendem a ter um referente mais concreto. A ausência desse referente concreto, que poderia ser identificado como um objeto propriamente dito, vai ao encontro da *forma [+genérico] sinônima de coisa*, uma vez que coisa, dentro da classe dos NGs, além de ser o nome geral por excelência, é também aquele frequentemente utilizado para referir-se a objetos, por isso, [+concreto].

As ocorrências com o traço [+genérico], mais representativo quantitativamente no *corpus*, pressupõe o entendimento dessa classe como um *continuum* de traços, e, não, traços

excludentes entre si. A partir dessa consideração, o leitor é capaz de analisar a semântica do NG de forma mais ampla, entendendo que dentre as ocorrências de *negócio* enquanto nome geral, há aquelas que são [+genérico], ou seja, retomam um (ou mais) *negócio* referenciado na carta ou mesmo em cartas anteriores, e aquelas [+específico], assumindo-se que não há, nesses casos, um antecedente linguisticamente recuperável dentro do texto. Os casos ambíguos foram aqueles em que não fica clara a referência desse antecedente, a nível discursivo, ao passo que elementos gramaticais parecem delimitar o seu sentido.

Os resultados encontrados permitem afirmar que *negócio*, nas cartas compiladas, seja um nome geral. Porém, a partir da noção de gradação na semântica dos NGs, entendendo que há nomes mais e outros menos gerais, e, principalmente, que a Gramaticalização é um efeito da pronominalização, é razoável que se afirme que, sim, nos corpora compilados há a ocorrência predominante do item *negócio* com traço semântico [+genérico]. O item foi majoritariamente utilizado como sinônimo de *assunto*, *acordo*, sobretudo dentro do viés político, como pode ser verificável pela definição de *negotium* de Rezende e Bianchet (2005), além do poder retomar toda uma situação tratada anteriormente, seja no mesmo texto seja em textos precedentes, desempenhando função de articulador lógico em determinados contextos.

É preciso destacar alguns aspectos concernentes à análise e resultados alcançados. Não se deve desconsiderar a necessidade de se realizar, posteriormente, um levantamento dos gêneros textuais que compuseram os *corpora* utilizados para a pesquisa acerca do nome geral *negócio* no latim bem como no português setecentista e contemporâneo, visto que os dados podem conter esse viés.

Seguem alguns exemplos das ocorrências de *negócio* nas cartas de Padre Antônio Vieira e do Marquês de Gouveia, que permitem ilustrar as características do *continuum* de gramaticalização de *negócio* no português do século XVII.

- I. “Disme <Vossa> <Senhoria> os Ministros a <que> se comunicou o **negosio** <que> trago entre mãos ainda <que> os <que> seruímos deuemos crer a olhos fechados o aserto nas resoluções, não posso deixar de diser a <vossa> <Senhoria> se o negocio fora meu a alg~u delles dera exclusiua, e <que> he milagre iuidente de <que> na nossa terra haja <quem> louue as aso~es alheas.” (GOUVEIA, 1672, f. 67 r.)

Neste trecho (I), nota-se que *negócio* negrito pode ser entendido tanto como sinônimo de “assuntos” quanto de “transações comerciais”, de modo que não foi possível, nem a partir do contexto imediato nem do expandido, classificar a ocorrência enquanto [+específico] ou [+genérico], por meio da aplicação do teste apresentado na seção *Metodologia*, tendo sido

tal ocorrência categorizada como [+ambígua]. No entanto, fica clara a função coesivo-referencial do nome no contexto, que pode ser evidenciada por meio de elementos do sintagma composto pelo item, a saber o artigo definido *o* e a locução adjetiva que se segue a ele, tornando claro que não se trata de qualquer negócio, mas, sim, de um conhecido pelos interlocutores da carta, ainda que não tenha sido identificado o seu referente.

II. *“Nesta ocasião se me representava a mim que era mais fácil conseguirem-se ambos os **negócios** que um só, por meio da reconciliação de toda a casa de V.S.a, e pela conveniência e autoridade deste segundo (i); da jornada de V. S.a se poderia introduzir o primeiro, da restituição do Duque que Deus guarde. ” (VIEIRA, 1665, p. 150)*

No contexto *II*, há uma diferença com relação ao primeiro trecho explicitado, no que diz respeito à flexão de número de *negócio*. O plural reforça ainda mais, no contexto, o caráter anafórico do nome, na medida em que ele consegue se referir a dois negócios simultaneamente, o que se reforça a partir da construção adjetivo -“ambos”- + artigo definido -“o”. Os negócios aos quais Vieira faz referência são: o regresso do Duque de Cadaval à corte, e o seu consórcio com a infanta D. Maria, filha natural de D. João VI, recolhida no convento de Carnide. Anos depois, quando em Roma, Vieira ainda recomendava este projeto (segundo notas da edição crítica comentada utilizada para esta pesquisa). A retomada dos dois referentes foi possível também linguisticamente, pois eles haviam já sido mencionados.

III. *“(...) por esperar a resolução, de <Vossa> <Alteza> <que> hei pedido em cata de 24 do passado e por estas demonstrasco~es, oculares paresse <que> me não emganaua em seguir a openião de <que> neste **negosio** era justo por termo breue assinalado e cathgorico(...)”. (GOUVEIA, 1672, f. 97 v.)*

Em *III*, a maior capacidade referencial de *negócio* pode ser também associada ao uso do pronome demonstrativo *este*. Além disso, o item foi classificado, nesse contexto, como [+específico], uma vez que se refere a uma oferta de juros feita por Arcanjo de Aragão, de Sevilha, segundo informação do catálogo de manuscritos.

IV. *A única regra da fé que Deus deixou no mundo é o Papa. Ponha S. A. estes **negócios** e a sua consciência e a dos seus ministros eclesiásticos nas mãos do Vigário de Cristo. (VIEIRA, 1671, p.390)*

No excerto exemplificado em *IV*, novamente há a ocorrência do item no plural, dessa vez com uma semântica mais ampliada, [+genérico], dentro faz-se referência a tudo o que se disse anteriormente na carta, incluindo ao conflito diplomático em Inglaterra, e formulário das bulas de confirmação dos bispos e outros.

Esses dados revelam que o estudo de *negócio* enquanto nome geral não se restringe a uma interpretação semântica dos contextos de ocorrência mas, sim, alcança outros níveis da linguística tais quais a sintaxe, a morfologia e o discurso.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho não pretendeu dar conta de toda a extensão do português do século XVII. Como bem indica o título da dissertação, a discussão acerca do item *negócio* foi feita tendo como base *corpora* do português seiscentista, constituído de cartas. Assim, considerou-se também, neste estudo, a relevância da questão do gênero textual para o fenômeno que se propõe a elucidar: o nome geral *negócio* na língua portuguesa seiscentista, tendo sido necessário compreender, ainda que de forma basilar, aspectos linguísticos relacionados à referencialização, dado que a semântica mais generalizada de *negócio* se dá a partir, também, do uso anafórico dessa unidade lexical,

Assevera-se que o entendimento do funcionamento de *negócio* enquanto nome geral no português do século XVII é de grande relevância para as pesquisas a serem realizadas na área, porém, outros estudos ainda devem ser feitos a fim de que se tenham dados mais exaustivos sobre o item.

Observou-se, ainda, a partir da leitura das cartas, que os assuntos tratados por Padre António Vieira, bem como a escrita constantemente truncada, tanto a nível sintático quanto a nível lexical, permitem inferir certa consciência na omissão dos referentes de *negócio* ao longo das cartas, em um ato proteção da face do locutor. Esse recurso discursivo pode servir como uma justificativa das repetidas ocorrências do nome classificado semanticamente como ambíguo, uma vez que há essa preocupação em limitar a quantidade de especificadores e descritores que permitiriam uma identificação mais precisa do *negócio* abordado. Tal perspectiva pode ser aprofundada em pesquisas posteriores, além da continuidade do estudo histórico-diacrônico do comportamento semântico de *negócio* em língua portuguesa.

A pesquisa permitiu, assim, propor uma análise com base em metodologia consistente e replicável em trabalhos futuros, alcançando os objetivos apontados na seção 1.1. Logrou-se, pois, caracterizar as 163 ocorrências nos contextos identificados, classificando-as nos três grupos de traço semântico propostos: [+específico], [+genérico] e [+ambíguo] para um estudo de nomes gerais. Também foi possível colaborar, para além da linguística histórica, com o estudo diacrônico de *negócio*, sob o espectro do *continuum* de gramaticalização desse nome, comparando suas propriedades semântico-textuais no latim e no português dos séculos XVII, XVIII e XXI, tendo sido a presente dissertação responsável pelos dados do *corpus* seiscentista.

Desse modo, respondeu-se à pergunta-problema apresentada na seção 1.2, “Quais são as características e os usos do item *negócio* no português do século XVII e como eles se relacionam com os resultados de pesquisas realizadas no latim, e no português do século XVIII

e do XXI?”. Essas características podem, pois, ser assim resumidas: *negócio* no *corpus* compilado foi constantemente utilizado para se referir a acordos sobretudo políticos entre nações, como alianças e conflitos, bem como outros assuntos da temática das relações político-sociais da época.

Pôde-se, então, confirmar as três hipóteses apresentadas na seção 1.3.

A primeira comprovação se dá medida em que, conforme ficou evidenciado a partir das análises dos contextos de ocorrência de *negócio*, de fato, houve ocorrências do item com o traço [+genérico] no *corpus* de língua portuguesa seiscentista compilado. Foi possível caracterizar esse grupo a partir de propriedades apresentadas pelo *Quadro 1* da seção 5, tais quais maior capacidade referencial, a sinonímia com a palavra *coisa e acordo, assunto, questão*. Atesta-se, conseqüentemente, a segunda hipótese formulada, de que o sentido mais genérico do item *negócio* ultrapassa o fato de ele ser sinônimo de *coisa*, mas, ao contrário, alcança níveis textuais e discursivos, uma vez que em muitos contextos foi comprovada sua função coesiva.

Apesar de ter sido bastante mais representativo o número de ocorrências mais genéricas, não se deve ignorar a presença também de formas [+específico]. Os contextos em que o nome foi empregado com o sentido de transação comercial podem-se justificar, sobretudo, pela presença do subgênero cartas comerciais na composição do *corpus*, tendo sido confirmada também a terceira hipótese que guiou a pesquisa.

A classificação das ocorrências dentre as categorias propostas: [+g], [+e] e [+a] respalda-se por aspectos linguísticos diversos que compõem o contexto de ocorrência de *negócio* - como os pré e pós modificadores, flexão de número, função sintática -, abordados por Amaral e Mihatsch (2019). Entretanto, eles não foram discutidos nesta dissertação, cuja metodologia consistiu na aplicação do teste de substituição do item *negócio* por seus sinônimos com semântica mais prototípica, bem como *coisa/acordo* (no caso do *corpus*, não há ocorrências como sinônimo de *coisa*) ou transação comercial, ou ainda, no caso das ocorrências [+ambíguo], aquelas que não poderiam ser substituídas nem por um nem por outro.

Seria, pois, de grande relevância um estudo mais aprofundado do contexto linguístico do item *negócio* no português seiscentista, por meio de artigo, a fim de que se faça um cruzamento de parâmetros morfossintáticos e semântico-textuais aqui revelados, tal qual um estudo detalhado dos pré e pós-modificadores de *negócio* nos contextos de uso. Além desse trabalho mais descritivo, pode-se pensar em um trabalho paleográfico, de edição de todas as cartas do Marquês de Gouveia. Após a transcrição integral do manuscrito, também seria relevante realizar um estudo comparativo acerca do uso de todos os nomes gerais empregados no texto.

REFERÊNCIAS

ADLER, S.; MOLINE, E. Les noms généraux : présentation. *Langue française*, v. 198, n. 2, p. 5-18, 2018. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-langue-francaise-2018-2-page-5.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

AMARAL, E. T. R. Análise de um nome geral na fala dos mineiros: para que serve esse trem? *Revista Trama*, v. 10, n. 20, p. 27-43, 2014. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/9486>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

AMARAL, E. T. R. Os nomes gerais em três localidades mineiras: Campanha, Minas Novas e Paracatu. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 138-151, 2013. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/4083/4072>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

AMARAL, E. T. R. Os nomes gerais no ordenamento jurídico brasileiro. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 10, n. 3, p. 170-181, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2013v10n3p170/25934>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

AMARAL, E. T. R.; MIHATSCH, W. Incipient impersonal pronouns in colloquial Brazilian Portuguese based on ‘pessoa’, ‘pessoal’ and ‘povo’. *Linguistische Berichte*, n. 26, p. 149-185, 2019. Disponível em: <<https://buske.de/zeitschriften-bei-sonderhefte/linguistische-berichte-sonderhefte/semantic-and-syntactic-aspects-of-impersonality.html>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

AMARAL, E. T. R.; RAMOS, J. M. *Nomes gerais no português brasileiro*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2014.

AREÁN-GARCÍA, N. A história e a evolução das línguas na Galiza, em Portugal e no Brasil. *Philologus*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.usp.br/gmhp/publ/AreA8.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

ASSALIM, C. *A conservação de marcas gramaticais arcaicas em Manuscritos e impressos do português do século XVII: ortografia e nexos de coordenação nos textos seiscentistas brasileiros*. 2007. 194 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-14112007-143303/pt-br.php>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

BARBOSA, A. G. Fontes escritas e história da língua portuguesa no Brasil: as cartas de comércio no século XVIII. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. do (Orgs.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, p. 181-211, 2008. Disponível em: <<http://www.coresmarcasefalas.pro.br/adm/anexos/19122008182924.pdf>>. Acesso em 04 jun. 2020.

BARBOSA, E. dos R. A. *et al.* *Negócio* como nome geral no falar de Minas Gerais. *Crátilo: Revista de Estudos Linguísticos e Literários, UNIPAM*, v. 5, n. 2, p. 180-198, 2012. Disponível em: < <http://cratilo.unipam.edu.br/documents/32405/41762/negocio.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

BENNINGHOVEN, V. *The functions of 'general nouns': theory and corpus analysis*. Berlin: Peter Lang, 2018.

BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. *Noções de paleografia e de diplomática*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008.

BIBER, D. *University language: a corpus-based study of spoken and written registers*. Amsterdã: John Benjamins, 2006.

BIBER, D.; REPPEN, R. (Orgs.). *English corpus linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BIZZOCHI, A. L. *Léxico e ideologia na Europa Ocidental*. São Paulo: Annablume, 1997.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728. Disponível em: < <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1> >. Acesso em: 29 jun. 2019

BOLINGER, D. *Meaning and form*. Londres: Longman, 1977. (English language series, II.)

BUENO, S. *Minidicionário da língua portuguesa/Silveira Bueno*. 2. ed. São Paulo: FTD, 2007

CAMBRAIA, C. N. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARBONE, A. V. *General Nouns: a study of semantic and Textual Features in the genre of Journalisme*. 2015. 236 f. Dissertation (Master of Science in Applied Linguistics) – Instituto Superior Linguas Vivas JRF, Buenos Aires. Disponível em: < [https://www.academia.edu/36293049/General Nouns. A Study of Semantic and Textual Features in the Genre of Journalism.docx](https://www.academia.edu/36293049/General_Nouns_A_Study_of_Semantic_and_Textual_Features_in_the_Genre_of_Journalism.docx) > Acesso em: 25 mar. 2020.

Catálogo de *Manuscritos* da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Disponível em <[https://digitalis.uc.pt/pt/livro/cat%C3%A1logo dos Manuscritos da biblioteca geral da u niversidade de coimbra relativos %C3%A0](https://digitalis.uc.pt/pt/livro/cat%C3%A1logo%20dos%20Manuscritos%20da%20biblioteca%20geral%20da%20universidade%20de%20coimbra%20relativos%20a%20)>. Acesso em: 20 jul. 2019.

COELHO, S. M. *Uma análise funcional do ONDE no português contemporâneo: da sintaxe ao discurso*. 2001. 128f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2001. Disponível em: < [http://server05.pucminas.br/teses/Letras CoelhoSM 1.pdf](http://server05.pucminas.br/teses/Letras_CoelhoSM_1.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2019.

COROMINAS, J. *Diccionario critico etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos, 1954. 4 v.

CRAWFORD, W. J.; CSOMAY, E. *Doing corpus linguistics*. New York: Routledge, 2016.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon; FAPERJ, 2010.

DUCHOWNY, A. T.; OLIVEIRA, L. P. de. O termo *negócio* no português brasileiro setecentista. *Signótica*, v. 31, n. 10.521, 24 p., 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/sig.v31.53279>>. Acesso em 12 mar. 2020.

DUCHOWNY, A. T.; SANTOS, P. Lexias referentes a espaço no português do século XV: em busca de nomes gerais. *Anpoll*; v. 1, n. 39, p. 115-127, 2015. Disponível em: <<https://anpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/911>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

Dicionário escolar de francês-português/português-francês. Porto: Porto Editora, 2016.

ELSPASS, S. The Use of Private Letters and Diaries in Sociolinguistic Investigation. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, J.; CONDE-SILVESTRE, J. (Ed.). *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. Hoboken, Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2012. *Páginas?*

ERNOUT, A; MEILLET, A. *Dictionnaire etymologique de la langue latine: histoire des mots*. 4ed. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1959.

FERREIRA, A. G. Dicionário de latim-português. Porto: Porto Editora, 1993

FLEXOR, M. H. O. *Abreviaturas: Manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

FLOWERDEW, J.; FOREST, R. W. *Signalling nouns in English: a corpus-based discourse approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

FRANCIS, G. Anaphoric Nouns. *Discourse Analysis Monographssch*, Birmingham: English Language Research, University of Birmingham, 1986

GALVÃO, L. M. A influência de fatores extralinguísticos na referência a entidades com traço [+ humano] no falar mineiro. *ReVeLe: Revista Virtual dos Estudantes de Letras*, n. 5, p. 1-19, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/revele/article/view/4336/4157>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

GÁLVEZ, J. A. Dicionário Larousse francês/português, português/francês: mini/ [coordenação editorial José A. Gálvez]. 2. ed. São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.

GIVÓN, T. *Topic continuity in discourse: A quantitative cross-language study*. Amsterdã: John Benjamins Publishing, 1983.

GRANGER, S.; GILQUIN, G.; MEUNIER, F. *Learner corpusresearch*. Cambridge:

Cambridge University Press, 2015.

HALLIDAY, M.; HASAN, R. *Cohesion in English*. Londres/Nova York: Longman, 1976.

HEINE, B.; KUTEVA, T. *World Lexicon of Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HEINE, B.; SONG, K-N. On the grammaticalization of personal pronouns. *Journal of Linguistics*, v. 47, p. 587-630, 2011. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/232028914_On_the_grammaticalization_of_personal_pronouns>. Acesso em: 10 abr. 2019

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago/ London: The University of Chicago Press, 1991.

HEINE, B.; ULRIKE, C.; HÜNNEMEYER, F. From Cognition to Grammar: Evidence from African Languages. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE B. (Eds.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdã: John Benjamins, 1991. v. 1. p. 149-187. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000148&pid=S01024450199800030001300018&lng=en>. Acesso em: 10 jan. 2019.

HOPPER, P. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Orgs.) *Approaches to grammaticalization*. Filadélfia: John Benjamins, 1991. v. 1. p. 17-35.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993/ 2003.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da Língua portuguesa 2009*. São Paulo: Objetiva, 2009.

ILARI, R. *Linguística românica*. São Paulo: Contexto, 2018.

IVANIC, R.; MOSS; W. Bringing community writing practices into education. In: BARTON, D.; IVANIC, R. (Ed.). *Writing in the Community*. Newbury Park; Londres; Nova Delhi: Sage Publications, 1991. p. 193-223.

KLEIBER, G. *La Semántica de los prototipos: categoria y sentido léxico*. Madri: Visor, 1995.

KLEIBER, G. Mais à quoi sert donc le mot chose? Une situation paradoxale. *Langue Française*, v. 73, p. 109-128, 1987. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1987_num_73_1_6431>. Acesso em: 18 jul. 2018.

KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, M. C. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.

KÖLLN, L. A. B. Padre Antônio Vieira e o estudo do Brasil colonial: os sermões como fontes históricas e ferramentas didáticas. 2018. Disponível em:

<<https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/4208/78042.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

KURYŁOWICZ, J. *The Inflectional Categories of Indo-European*. Heidelberg, Carl Winter, 1964. Disponível em: <<https://libgen.lc/ads.php?md5=aecd4bfcfe7953938caacf770c931712>>. Acesso em: 10 jun. 2020

KYTO, M. Register in historical linguistics. *Register Studies*, v. 1, n. 1, p. 136-167, abr. 2019.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008. Disponível em: <https://www.academia.edu/26882392/William_Labov>. Acesso em 10 fev. 2020)

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

LEHMANN, Christian. *Thoughts on Grammaticalization*. Munich: Lincom Europa, 1995.

Le Robert de Poche 2014. Paris: Le Robert, 2013.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais & ensino*. São Paulo: Parábola, 2010. p. 19-38

MEILLET, A. A evolução das formas gramaticais. *Rónai: Revista de estudos clássicos e tradutórios*, Juiz de Fora, v. 5 n. 1, p. 26-37, 2017. Disponível em: <<https://ronai.ufjf.emnuvens.com.br/ronai/article/view/203>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

MIHATSCH, W. *Kognitive Grundlagen lexikalischer Hierarchien: untersucht am Beispiel des Französischen und Spanischen*. Tübingen: Max Niemeyer, 2006.

MIHATSCH, W. Les noms d'humains généraux aux limites de la grammaticalisation. *Syntaxe et sémantique*, v. 18, p. 67-99, 2017.

MILL, J. S. *A System of Logic, Ratiocinative and Inductive: Being a Connected View of the Principles of Evidence and the Methods of Scientific Investigation*. Nova York: Harper & Brothers, 1882. p. 29-57. Disponível em: <<https://www.gutenberg.org/files/27942/27942-pdf.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

Minidicionário Saraiva: espanhol-português, português-espanhol. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MONDADA, L. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-31.

OLIVEIRA, F. C. A relação entre nomes gerais e pronomes indefinidos na fala mineira. *Revele: Revista Virtual dos Estudantes de Letras*, Belo Horizonte, v. 8, p. 80-97, 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/revele/article/view/6256/6121>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

OLIVEIRA, F. C. *Indivíduo: do latim ao português*. In: DUCHOWNY, A. T. (Org.). *Pelas veredas da etimologia*. São Paulo: NEHiLP/FFLCH/USP, 2016. p. 67-78. Disponível em: <<https://www.usp.br/nehilp/livros/Veredas.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

OLIVEIRA, L. de S. do N. O uso de anáforas por nomes gerais no português caeteense. *Caletroscópio*, v. 4, p. 521-546, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufop.br/pp/index.php/caletroscopio/article/view/3678>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

PINTO, L. M. da S. Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832.

RAYSON, P. Computational tools and methods for *corpus* compilation and analysis. In BIBER, D.; REPPEN, R. (Eds.), *The Cambridge Handbook of English corpus linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 32-49, 2015.

Real Academia Española/ RAE, Dicionario de la lengua española. Disponível em: <<https://dle.rae.es/>>

REZENDE, A. M. de; BIANCHET, S. B. *Dicionário do latim essencial*. Belo Horizonte: Tessitura: Crisálida, 2005.

Rodríguez-Puente, P. The English phrasal verb, 1650–present: *History, stylistic drifts, and lexicalisation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. Disponível em: <https://www.academia.edu/37143329/The_English_Phrasal_Verb_1650-Present_History_Stylistic_Drifts_and_Lexicalisation>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SANTOS, M. P. Os nomes gerais vinculados à noção de tempo. *Revele: Revista Virtual dos Estudantes de Letras*, Belo Horizonte, v. 8, p. 98-120, 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/revele/article/view/7114/6122>>. Acesso em: 18 out. 2018.

SCHMIDT, H. J. Topics in English Linguistics: *English Abstract Nouns as Conceptual Shells from Corpus to Cognition*. Mouton de Gruyter Berlin, New York, 2000.

SOARES, C. E. *A (re)construção do diálogo entre Portugal e Castela: propósitos e contratempos da diplomacia portuguesa em Madrid (1668-1686)*. 2015. 187 f. Dissertação (Mestrado em História/História das Relações Internacionais) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/24521/1/ulfl200616_tm.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2019.

SOUSA, M. C. P. de. *Língua Barroca: Sintaxe e História do português nos 1600*. 2004. 377 f. Tese de Doutorado – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <https://www.ime.usp.br/~tycho/participants/psousa/psousa_2004/tese_e_apendice/tese.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2020.

SOUZA, M. G. de. *A Gramaticalização de informação: uma abordagem sociocognitiva*. 2013. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/861/1/Tese%20%20MarcosGonzalez%20%2020213.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

TADROS, A. A. *Prediction in text*. Birmingham: ELR, 1985. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/8766>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

TORRINHA, F. *Dicionário latino português*. 7. ed. Porto: Graficos Reunidos, 2001 (?)

TRAUGOTT, E. C.; HEINE B. (Eds.). *Approaches to Grammaticalization I*. Amsterdã: John Benjamins, 1991. p. 149-187. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000148&pid=S0102445019980003001300018&lng=en>. Acesso em: 10 jan. 2019.

TRAUGOTT, E. Constructions in Grammaticalization. In: JOSEPH, B.; JANDA, R. (Orgs.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Malden, Massachusetts: Blackwell, 2003. p. 624-647.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Catálogo dos *Manuscritos* da Biblioteca Geral. Disponível em: <<http://web.bg.uc.pt/cman/show.asp?i=2967>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

VERHOEVEN, E. *Studies on grammaticalization*. Berlim; Nova York: Mouton de Gruyter, 2008.

VIARO, M. E. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2017.

WINTER, E. The notion of unspecific versus specific as one way of analysing the information of a fund-raising letter. In: MANN, W.; THOMPSON, S. *Discourse description: diverse linguistic analyses of a fund-raising text*. Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1992. p. 131-170.

XIMENES, E. E.; SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. Variações gráficas em um documento do século XVII. *Revista ABRALIN*, v. 16, n. 3, p. 503-520, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/52415/32271>>. Acesso em: 11. jan. 202.

APÊNDICE 1- O TRABALHO COM O *MANUSCRITO 2967*

O texto paleográfico se difere do texto crítico na medida em que nele as pontuações são mantidas tais como aparecem no fac-símile, bem como indicação de inserção de letras e desenvolvimento das abreviaturas. Isso permite afirmar que essa seja uma fonte mais compatível para se pensar no seu uso em posteriores pesquisas e estudos do texto. Sabendo-se que é impossível a total isenção do editor, uma vez que ele carrega consigo todas os seus pré-conceitos devido ao momento sócio/político/histórico em que vive, o que a Paleografia permite é a preservação, a partir de uma metodologia criteriosa, do registro linguístico do período histórico que se estuda, apesar de alcançar um público mais restrito (CAMBRAIA, 2005).

Nesta seção, será apresentada a lista das abreviaturas identificadas ao longo da leitura e transcrição das cartas. Elas foram desenvolvidas na edição paleográfica proposta seguindo dois critérios: o primeiro é o contexto em que a abreviatura aparece, e o segundo, mais objetivo, de consulta direta ao dicionário de abreviaturas de *Manuscritos* dos séculos XVI ao XIX de Flexor (2008).

Quadro 1 - Abreviaturas das cartas do *Ms. 2967*

Abreviaturas	Formas desenvolvidas
A.	Alteza
Cons. / Cons ^o	Conselho
D.	Dom
Decrisim ^{to}	Descrisimento
Dg ^{de}	Deus guarde
Grd ^e	Grande
Mg ^{de}	Magestade
M ^{to}	Muito
M ^{te}	Mente
Nesetid ^e	Necessidade

P ^a	Para
Pres ^{te}	Presente
Q [~]	Que
Q ^{do}	Quando
Q ^m	Quem
Q ^{ta}	Quarta
S.	Sua
S ^a	Senhoria
Snr.	Senhor

A transcrição das ocorrências das cartas do Marquês de Gouveia, do ano de 1642 foi necessária, fazendo com que, previamente à pesquisa, após identificação manual das ocorrências de *negócio* nas cartas, fosse realizado um trabalho filológico com o *Manuscrito*. Esse trabalho se pautou em algumas etapas. Foram elas:

- O reconhecimento gráfico das letras, por meio da construção de um quadro com o alfabeto maiúsculo e minúsculo das formas;
- A leitura integral das cartas, para maior familiarização da ortografia, da semântica, da sintaxe e melhor compreensão do conteúdo veiculado;
- A localização das abreviaturas e suas respectivas formas desenvolvidas no português contemporâneo;
- A anotação das ocorrências de *negócio* nas cartas;
- A transcrição dos contextos

Para a transcrição dos contextos de ocorrência, optou-se por uma edição semi-diplomática, com desenvolvimento das abreviaturas e diacríticos latinos (lista apresentada logo acima), com indicação dessas palavras entre colchetes, permitindo ao leitor um retorno direto ao documento original (vf. BERWAGNER e LEAL, 2008).

O labor paleográfico necessário para a análise das cartas do Marquês de Gouveia não se fez presente na seleção das ocorrências de Padre Antônio Vieira, uma vez que, conforme mencionado, as cartas a que se teve acesso deste último foram de edição crítica atualizada e

comentada.

APÊNDICE 2 - EXEMPLO DE EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA DA CARTA DE 14 DE JULHO DE 1672 ESCRITA POR MARQUÊS DE GOUVEIA E FAC-SÍMILE

fl. 82r.

P<ara> S.<ua>A<lteza> de Madrid em 14 de julho de 1672

Senhor

Com grande expectacao se está nesta Corte esperando o-
correo de Flandes com notisias do susesso, *que* el Rey de-

- 5 França teve no 3.º asalto *que* detriminaua dar a Es-
quenchem porque no 1.º e 2.º <grifo no texto> foi rechaçado comper-
da consideláuel.

D. Manuel de Lira Emuiado desta Coroa emolanda
auisou por Correo deposta, *que* o Enuiado de olanda,

- 10 *que* haviaõ hido a França sehaviaõ recolhido eel Rey
depoes de os ou uir, lhes disera, *que* depois *que* chega-
se a Haya lhes responderia as suas proposiso~es, com-
que os olandeses estauaõ mais obstinados com esta resposta.

Chegou a esta Corte o Embaixador de olanda

- 15 *que* ueio pella posta quarta feira 11 deste pela manhã e na mes-
ma tarde teue audiencia da Raynha, eselhe ouuio
publica mente naante camara nomear a El Rey de-
França pello inimigo com~um, ese afirma naõ
traser mais *que* huã proposicaõ, *que* ou Castella ron-

- 20 pa com França, ou elles se comporaõ como lhes-
pareser, ea nesidade do tempo lhes ensinar, disen-
do, positiuamente *que* olanda dará todo o dinheiro logo
decontado, *que* Castella ouer mister p<ar>a esta guerra:
estaõ os Misnistros com grande preplexidade da resposta
25 *que* lhe haõ dedar sendo taõ uarias etantas as openi-
oes como saõ os Misnistros de *que* se conpoem o conselho
de estado e junta do.

El Rey fica bom eleuantado, e ainda *que* teue

2 dias de crisimento como suas sangrias se sou oacha *que*

Es

fl.83r.

Essa semana mando a Raynha ao Conselho de estado
 lhe propusesse sujeitos para h~u Capello de Cardeal
 nacional, porque odo Padre Euerardo não respeitara
 a Coroa e entendera só asua intreceçaõ, e em-

- 5 penho. materia he esta para *vossa Alteza* mandar consi-
 derar se com uem |segundo o mesmo exemplo)
 mandar pedir h~u. capello, *que* assim só metoca
 faser a *vossa Alteza* presente tudo oque aqui seo bra.

Esta carta dilata, parece me responder he logo
na forma v. a. uera pela minha carta, cuja copia a
compalho esta, na qual hi mayor instancia sobre o
reio de Rey q. se ptemaquelle del pado q. se deu aqui
ahi. Corrugeis, como hei dado conta a v. a. por jul-
guar ser esta materia de fidelidade, e tao uilenta q.
nao q. era justo fiar em opeioes, senao com tal
expressao q. eu me manifeste della

sem embargo q. senao prezentes a v. a.
pellas cartas de J. de Melho Duarte Nib. q.
uao. nas refer. e todas as noticias dos progressos. adim
serveis como nauticimos de Franca, e da India, e de
ira, me ptemos fazer prezente a v. a. por q. elle nao go-
dem ter esta noticia, por q. ainda aqui se trata como
lo oculto) q. gov. h. a. Corrugeis q. de go. a esta ma-
na de stander, a uia e o nome de nome Rey a uia
de Franca, e o grande de Mayo de o. stander
nao podem por se ter com outro maior q. por se ga-
reter seho nao a uia forma q. a uia q. gov. o. dan-
deres mandaua a Inglaterra, Franca, Embai-
xadores p. a uia de algum a uia a m. to

Ao gra forro de Chahulanta com a uia do J.
que de Cesar, em q. a uia q. no Condado de Swinton
hauia. Emado s. mil franques emil cauallos, ouve
cent. de guerra logo, q. durou m. horas, e se mandou q.
do Condado q. ha uia chegado de esta carta romana
partise com uma breuidade.

115

92
Non em estuo como Jaque de Melhoary com diti-
ao delle dar a peramei de hua. nena q. de Salas eo:
nao. me plod hua hua. so palaura em negocio,
nem eu procurei emca mentar a ponia q. elle di-
esse forado, senao uoluntario a uia uia neller, co. he
mostrar era amicia uia a uia fin q. de v. a.

115
J. Secretario de Estado P. Area de Jues-
orda de Madrid em 1 de Julho de 1712.

Comero res pnder esta carta de v. a. demao pro-
pia ad capitulo q. ella contem em uia q. a uia de
demao a stea

Prime v. a. q. Principe novo f. de uia de
ouir omu gaber. sobre negocio q. por q.
de Melho, eu hei dito a v. a. m. de uia de go.
menos a uia de go. p. uia q. no uia de uia q. pro-
pio ningem me excede, sem eu receitar q. a
canas minha in uia de uia. acto tao go-
ritiuo, como di uia de v. a. de eu meu p. uia de
em hua negocio de go. de uia de uia, como uia de
carta q. e de uia de J. de Melho, e por esta uia
e por ser tao de uia de uia a onde a uia de uia
com mayor a uia, gonderaco, e p. uia de uia
a uia de uia de uia de uia de uia de uia de uia
o q. uia de uia de uia de uia de uia de uia de uia

Q. a

Digitalização da carta presente no Ms. 2967, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (F. 81 v. e F. 82r.)

